

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

MARIA FERNANDA PAVANI MOREIRA MELUCI

**TEMPOS HISTÓRICOS E SUAS VELOCIDADES: O NEOLIBERALISMO NO
PLANO INTERNACIONAL E NACIONAL**

MARÍLIA

2023

MARIA FERNANDA PAVANI MOREIRA MELUCI

**TEMPOS HISTÓRICOS E SUAS VELOCIDADES: O NEOLIBERALISMO NO
PLANO INTERNACIONAL E NACIONAL**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção de título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte
Fernandes dos Passos.

MARÍLIA

2023

M529t Meluci, Maria Fernanda Pavani Moreira
Tempos históricos e suas velocidades : o neoliberalismo no plano internacional e nacional / Maria Fernanda Pavani Moreira Meluci. -- Marília, 2023
61 p. : il.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1. Neoliberalismo. 2. Brasil. 3. Autoritarismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MARIA FERNANDA PAVANI MOREIRA MELUCI

**TEMPOS HISTÓRICOS E SUAS VELOCIDADES: O NEOLIBERALISMO NO
PLANO INTERNACIONAL E NACIONAL**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade De Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção de título de Bacharel.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos
Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Faculdade De Filosofia e Ciências,
Campus de Marília.

Friedrich Maier
Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Faculdade De Filosofia e Ciências,
Campus de Marília.

Paulo Victor Zaneratto Bittencourt
Universidade De São Paulo, Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

MARÍLIA
27 de janeiro de 2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que incansavelmente auxiliaram meus estudos.

À minha avó que apoiou todas minhas decisões.

Às minhas tias que me ajudaram nos momentos difíceis.

Ao meu orientador pela dedicação a este trabalho.

“Eu estou vestido com as roupas e as armas de Jorge, para que os meus inimigos tenham pés e não me alcancem, tenham mãos e não me toquem, tenham olhos e não me vejam, e nem mesmo pensamento eles possam ter, para me fazerem mal.” Jorge Ben Jor.

RESUMO

Durante os últimos quatro anos (2019-2022), foi possível notar no Brasil um retorno de políticos de direita ao poder, após os últimos governos eleitos terem uma inclinação à esquerda (“2003-2016”), além de uma grande presença de discursos e políticas que remetem ao neoliberalismo, que se apresenta de forma dominante em nível internacional. Tendo isso em vista, faz-se necessário uma melhor compreensão da ascensão de Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil, e como o seu governo de extrema direita está conectado com a hegemonia neoliberal, além de buscar entender o lugar do fascismo como ideia e como prática em seu governo, em termos sumários das temporalidades históricas. O primeiro objetivo é responder ao problema: Como avaliar os tempos históricos nacional e internacional do advento neoliberal ligado a Bolsonaro? O segundo objetivo é testar a hipótese de que a hegemonia neoliberal se desdobra nacionalmente com diferentes tempos, sendo no Brasil uma peculiar expressão autoritária sob Bolsonaro. Usam-se fontes bibliográficas e autores que dialogam com a referida temática, como análises de Robert Warburton Cox (1981) e Immanuel Maurice Wallerstein (2007), buscando obter um panorama geral de como o neoliberalismo se desenvolveu em diferentes formatos e velocidades, em nível nacional e internacional, ao mesmo tempo que o encara criticamente. Primeiramente, considera-se que há em curso um discurso que assegura a permanência de certos grupos privilegiados no topo da hierarquia do poder, conforme a abordagem de Wallerstein (2007). Tal discurso foi elaborado para atender os interesses de um grupo específico, mas ao mesmo tempo deve servir universalmente, de modo que justifique a desigualdade existente. O crescente individualismo, o desmonte do Estado de Bem-Estar Social, o triunfo das reformas neoliberais e o enfraquecimento do movimento trabalhista organizado são alguns dos resultados e objetivos desse discurso. Isso está em conformidade com a análise de Cox (1981) na medida em que o autor também se questiona quais e de quem são os valores que predominam, pois são esses que priorizam os direitos de certos grupos ao invés de outros. Ademais, Cox e Wallerstein pensam em diferentes tempos históricos, isto significa tentar entender as dimensões da vida em termos da velocidade da transformação. Tais fatos tem relação com a eleição de Bolsonaro, pois o mesmo é considerado um político de extrema direita e defensor do modelo neoliberal. As consequências de suas políticas, em conjunto com a pandemia do Coronavírus, incluem o desemprego em massa, um grande aumento da inflação e da insegurança alimentar, tornando mais do que necessário um olhar crítico para suas ações, já que possuem laços com o neoliberalismo e o insustentável modo de produção capitalista. Conclui-se que o governo Bolsonaro articula um tempo específico de componentes autoritários e neoliberais no seu nexos com o plano internacional. Cox suscita reflexão para encontrar novas possibilidades de ordem, algo que logicamente contera elementos propositivos de transformação. Tais elementos podem e devem ser aplicados para construir uma visão crítica do que acontece na sociedade brasileira nos dias atuais, não devendo ser aceitos sem questionamentos os modelos impostos pelas classes dominantes para manter e expandir seu poder e privilégios, às custas de todo o resto da população. Logo, a Teoria Crítica mostra-se essencial para pensar maneiras de entender a realidade brasileira e buscar transformá-la.

Palavras-chave: Brasil; Neoliberalismo; Teoria Crítica.

ABSTRACT

During the last four years (2019-2022), it was possible to see in Brazil a return of right-wing politicians to power, after the last two elected governments were left-wing ("2003-2016"), in addition to a large presence of speeches and policies that refer to neoliberalism, which presents itself in a dominant form at the international level. With this in mind, a better understanding of Jair Messias Bolsonaro's rise to the presidency of Brazil is needed, and how his far-right government is connected with neoliberal hegemony, in addition to seek to understand the place of fascism as an idea and as a practice in its government, in summary terms of historical temporalities. The first objective is to answer the question: How to assess the national and international historical times of the rising neoliberalism linked to Bolsonaro? The second objective is to test the hypothesis that neoliberal hegemony developed nationally with different times, being in Brazil a peculiar authoritarian expression under Bolsonaro's government. We used bibliographical sources and authors that dialogue with this theme, such as analyzes by Robert Warburton Cox (1981) and Immanuel Maurice Wallerstein (2007), seeking to obtain an overview of how neoliberalism developed in different formats and times, nationally and internationally, while looking at it critically. Firstly, there is an ongoing discourse that ensures the permanence of certain privileged groups at the top of the power pyramid, according to Wallerstein's approach (2007). Such discourse was designed to meet the interests of a specific group, but at the same time it should work universally, so as to justify the existing inequality. Growing individualism, the dismantling of the Welfare State, the triumph of neoliberal reforms and the weakening of the organized labor movement are some of the results and objectives of this discourse. This is in line with Cox's analysis (1981) insofar as the author also questions which and whose values prevail, as they prioritize the rights of certain groups over others. Also, Cox and Wallerstein think in different historical times, this means they are trying to understand the dimensions of life in terms of the speed of transformation. Such facts are related to Bolsonaro winning the Brazilian elections, as he is considered to be an extreme right-wing politician and defender of the neoliberal model. The consequences of his policies, along with the Coronavirus pandemic, include mass unemployment, a large increase in inflation and food insecurity, therefore, it is necessary to look critically at his actions, as they have ties to neoliberalism and the unsustainable capitalist mode of production. It is concluded that the Bolsonaro government articulates a specific time of authoritarian and neoliberal components in its nexus with the international scenario. Cox seeks to find new possibilities of order, something that will logically contain transformative elements. Such elements can and should be applied to build a critical view of what currently happens in Brazilian society, and the models imposed by the dominant classes to maintain and expand their power and privileges, at the expense of everyone else, should not be accepted without question. Therefore, Critical Theory proves to be essential to think about ways to understand the Brazilian reality and seek to transform it.

Keywords: Brazil; Neoliberalism; Critical Theory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

COVID - *Corona Virus Disease*

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

EPU - *European Payments Union*

EUA - Estados Unidos da América

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LAUT - Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo

OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OI – Organizações Internacionais

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PT – Partido dos Trabalhadores

SDR - *Special drawing rights*

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Problema de Pesquisa	13
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 Justificativa	13
1.4 Metodologia	14
2 CRISES, AVANÇOS E RETROCESSOS: O SÉCULO XX	15
2.1 Introdução	15
2.2 Bretton Woods	15
2.3 Welfare State	19
2.4 Conclusão do capítulo	25
3 NEOLIBERALISMO: ORIGEM E HERANÇA	26
3.1 Introdução	26
3.2 Origem do liberalismo	26
3.3 Herança fascista	31
3.4 O individualismo e o neoliberalismo	33
3.5. Conclusão do capítulo	37
4 BRASIL	38
4.1. Introdução	38
4.2 Resgate do neoliberalismo no plano nacional	38
4.3 Bolsonaro: extrema direita, autoritarismo e neoliberalismo sob uma ótica crítica	41
4.3.1 Um viés crítico	42
4.3.2 A tomada de poder e o populismo	44
4.3.3 O componente autoritário	46
4.3.4 Pandemia e neoliberalismo	47
4.4 Conclusão do capítulo	50
5 CONCLUSÃO	51
6 REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

Durante os últimos quatro anos (2019-2022), foi possível notar no Brasil um retorno de políticos de direita ao poder, após os últimos dois governos eleitos terem uma inclinação à esquerda (“2003-2016”), além de uma grande presença de discursos e políticas que remetem ao neoliberalismo, que se apresenta de forma dominante em nível internacional. Tendo isso em vista, faz-se necessário uma melhor compreensão da ascensão de Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil, e como o seu governo de extrema direita está conectado com a hegemonia neoliberal, não homogênea e desigual em suas distintas manifestações nacionais.

Para tal, será utilizado a ótica dos tempos históricos nacional e internacional presentes nas análises de Robert Warburton Cox (1981) e Immanuel Maurice Wallerstein (2007), buscando obter um panorama geral de como o neoliberalismo se desenvolveu em diferentes formatos e velocidades, em nível nacional e internacional, ao mesmo tempo que o encara criticamente. Suscitando diversos questionamentos e sendo possíveis análises pelas mais diversas abordagens, aqui busca-se ir além de avaliações históricas e universalistas que encaram a realidade brasileira como algo isolado, e sim entendê-la em sua articulação com o plano internacional, considerando suas especificidades.

Segundo Onuki, Albuquerque e Murta (2018), com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a teoria que prevalecia no âmbito das Relações Internacionais era o Realismo, e por volta de 1970, elaborações teóricas e pensadores acerca do neoliberalismo também passaram a ocupar espaço central, já que se acreditava que a dependência econômica desencorajaria a guerra. Todavia, “No início dos anos 1990, com o fim da Guerra Fria, o debate acadêmico de Relações Internacionais se ampliou expressivamente nos âmbitos ontológicos, epistemológicos e metodológicos” (ONUKEI, ALBUQUERQUE, MURTA, 2018, p. 42). E foi a partir deste período que os escritos de Cox e Wallerstein tiveram mais espaço na área.

Primeiramente, vale ressaltar que uma das convergências entre Cox e Wallerstein reside na questão de pensar-se em diferentes tempos históricos, isto significa tentar entender as dimensões da vida em termos da velocidade da transformação, ainda que cada um tenha suas próprias ênfases. Ambos têm como fonte relevante de suas elaborações o historiador Fernand Braudel (1978), que prezava justamente pelo cuidado analítico e metodológico de não identificar uma perspectiva única e universal da história e das ciências sociais. Finalmente, Cox e Wallerstein, cada qual à sua maneira, permitem o questionamento crítico da existência de uma visão de mundo universal, um empreendimento que certamente se

destina a propósitos de poder específicos, em outras palavras, possibilita fugir da perspectiva centrada na Europa.

De modo específico, Wallerstein é um autor com vasta obra e que se liga a essa pesquisa de diversas formas, ele é atento aos diferentes tempos históricos e critica o universalismo, sendo importante portanto para refletir sobre o fenômeno Bolsonaro, não devendo-se apenas pensar o caso brasileiro sob ótica derivada do universalismo europeu, pois aqui tem-se suas particularidades. Logo, o recorte escolhido recai sobre sua abordagem crítica que não reconhece uma perspectiva universalista de mundo que se identifique com uma visão eurocêntrica ou de cunho excludente e afim às ideias de direita e extrema-direita.

Já Cox busca analisar os âmbitos nacional e internacional em termos da totalidade de suas variáveis e se vale do entendimento de que a história sempre se transforma, tendo toda e qualquer abordagem e construto teórico um propósito. Sua teoria crítica se identifica com o objetivo da transformação e assim, ela se diferencia das demais teorias com características opostas a ela, as teorias *problem-solving*. A interação entre instituições, capacidades materiais e ideias, bem como a congênere envolvendo forças sociais, formas de Estados e ordens mundiais fazem parte da apreensão do movimento de busca de totalidade histórica interna e internacional.

Por fim, será aqui esclarecido um conceito básico usado no decorrer do trabalho, e para tal, as ideias de Norberto Bobbio (1995) serão usadas como ponto de partida. Bobbio diz que “direita” e “esquerda” podem ser definidas como “reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos” (1995, p. 31), demonstrando o contraste de ideologias políticas, divergindo em interesses, valores e ações políticas. “Enquanto existirem conflitos, a visão dicotômica não poderá desaparecer, mesmo se, com o passar do tempo e a modificação das circunstâncias, a antítese até então principal vier a se tornar secundária e vice-versa” (BOBBIO, 1995, p. 69).

Entretanto, tais termos podem ter se tornado ultrapassados, já que atualmente seu significado se afastou muito de sua origem. Essa modificação em seu sentido ocorreu devido a alguns fatores, como a crise de várias ideologias e o aumento da complexidade política, pois pressupõe-se mais de apenas dois pontos de vista, tornando-se necessário mais pluralidade. De qualquer forma, “direita” e “esquerda” se mostram ainda presentes no vocabulário político e são amplamente utilizados no cotidiano, como também serão aqui. O ponto central coerente com esta investigação diz respeito à variabilidade histórica e contextual destas noções.

1.1 Problema de Pesquisa

Sob a ótica de Cox e Wallerstein, como avaliar sumariamente os tempos históricos nacional e internacional do advento neoliberal, focando em especial o período 2019-2022?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Pode-se dizer que o objetivo geral é testar a hipótese de que a hegemonia neoliberal se desdobra nacionalmente com diferentes tempos, sendo no Brasil uma peculiar expressão autoritária sob Bolsonaro.

1.2.2 Objetivos Específicos

No que tange os objetivos específicos, procura-se responder principalmente duas indagações: Como avaliar sumariamente os tempos da implementação da hegemonia neoliberal em termos internacionais e do Brasil, inclusive sob o governo de Bolsonaro? Em termos sumários das temporalidades históricas, qual o lugar do fascismo como ideia e como prática no governo Bolsonaro?

1.3 Justificativa

Com o avanço de políticos e partidos de extrema direita no Brasil, torna-se mais do que necessário um olhar crítico para as ações e discursos que os mesmos promovem, sendo um deles o recorrente “discurso de ódio”. Watanabe, Bouazizi e Ohtsuki (2018) afirmam que discurso de ódio é “uma forma particular de linguagem ofensiva em que a pessoa que a utiliza baseia a sua opinião em pressupostos segregativos, racistas, extremistas ou em estereótipos¹” (p. 13826, tradução própria). Segundo o G1, nos últimos três anos, grupos neonazistas cresceram mais de 270% no Brasil, e foram motivados justamente por tais discursos de ódio, dentre outras afirmações e falas extremistas, tais quais os que se verificam em ascensão (GRUPOS, 2022).

Não ao acaso, o círculo de elaboração ideológica e de assessores do governo de Bolsonaro, possui um perfil de extrema-direita e de ideias neoliberais. No curso da hegemonia neoliberal e suas temporalidades que se manifestam combinada e diversamente nos planos

¹ “[...] a particular form of offensive language where the person using it is basing his opinion either on segregative, racist or extremist background or on stereotypes”.

nacional e internacional, o governo Bolsonaro é também mais uma das amostras de uma significativa tendência internacional em direção à extrema-direita.

Assim, de mãos dadas com o autoritarismo e o insustentável modo de produção capitalista, o neoliberalismo se expande no Brasil cada vez mais. Frente a isso, deve-se sempre manter em mente o seguinte questionamento: quem se beneficia com essas políticas?

Assim, a justificativa se dá pela atualidade e relevância do tema. Apesar do termo “neoliberalismo” possuir extensa bibliografia, nesta pesquisa se adere uma perspectiva específica, com as bases dadas por Cox e Wallerstein, dando assim, outra abordagem ao tema.

1.4 Metodologia

Entende-se que as problemáticas aqui apresentadas possuem enorme amplitude, que parece ir além dos limites deste trabalho. Porém, neste tópico será tratado dos parâmetros metodológicos utilizados, delimitando o foco desta análise, e determinando também a bibliografia a ser utilizada.

No que diz respeito a técnicas de pesquisa, a mesma é empírica e bibliográfica. Já sobre os materiais, havendo uma vasta literatura sobre o tema, as referências escolhidas e levantadas seguiram alguns critérios. O primeiro foi priorizar análises que situam diferenças entre os graus de implementação do neoliberalismo com palavras-chave e de busca que permitam lidar com distintos tempos históricos. Ademais, definiu-se um aparato categorial adequado ao referencial teórico selecionado. Ou seja, diante de diversas possibilidades como, populismo, fascismo, liberalismo, qual destes melhor expressa a perspectiva de tempos históricos específicos no caso brasileiro no período em questão e no seu nexos internacional e por que? Adota-se a hipótese preliminar de que uma perspectiva histórica que busque não reproduzir universalismos eurocêntricos busca combinar aspectos destas análises, buscando atentar para o caso específico em tela sem reproduzir mecanicamente a validade europeia de um referencial para o estudo em pauta. Sabe-se que a bibliografia pertinente é vastíssima. Em vista disto, a bibliografia escolhida e constante no item pertinente compõe o recorte e o desenho de pesquisa, de modo a justificar eventuais ausências no escopo da pesquisa.

Abordar o tema em questão implica, na visão desta pesquisa que baseia-se em um argumento holista, uma conexão entre os referenciais adotados e os fatos empíricos. E isso também advém da crítica ao universalismo e do enfoque transformador da história que aqui é utilizado. Criticar o universalismo significa conectar a especificidade, as temporalidades próprias dos fatos históricos. Ao mesmo tempo, buscar, tanto quanto possível, situar-se em

termos do movimento histórico mais amplo e o propósito transformador desdobrado de tal análise.

2 CRISES, AVANÇOS E RETROCESSOS: O SÉCULO XX

2.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é contextualizar alguns precedentes históricos ao nosso objeto que são importantes para a sua compreensão no século XX. Para tal, o argumento seguirá sumariamente a trajetória histórica que envolve o sistema desdobrado do Acordo de Bretton Woods, que é o primeiro momento. O segundo momento é o Estado de Bem-Estar Social e suas distintas manifestações, também visto numa perspectiva sintética.

2.2 Bretton Woods

Antes de tudo, é importante retomar algumas das principais ocorrências da temporalidade histórica do século XX, que são importantes para a presente análise e cujas repercussões se observam até os dias atuais. Ou seja, apesar destes eventos situarem-se em um determinado tempo histórico, ao mesmo tempo eles vão além dele. Certos acontecimentos históricos conectam-se com o neoliberalismo do século XXI, que se desdobra nos planos internacional e nacional, que aqui investiga-se.

Adotado em 1717 pela maior potência da época, o padrão-ouro, anterior ao padrão dólar, viu na Inglaterra um surgimento “espontâneo”, que ao longo dos anos influenciou outros países a fazerem o mesmo, como condição para que o comércio e os empréstimos feitos com ela não fossem afetados, como afirma Eichengreen (2018). O autor ainda diz que “Seria mais verídico dizer que o padrão-ouro como base para as relações monetárias internacionais surgiu após 1870²” (EICHENGREEN, 2018, p. 8, tradução própria).

Segundo a análise do autor, esse sistema só funcionava dentro de condições específicas que envolviam determinados elementos, como a flexibilidade e a credibilidade, inexistentes, por exemplo, entre 1914 e 1918. Após a Primeira Grande Guerra, os Estados se encontravam com suas economias devastadas, optando muitas vezes por políticas unilaterais em vias da própria estabilização. Entretanto, tais políticas não eram benéficas ao sistema e, assim, o padrão-ouro foi se desintegrando.

O padrão-ouro referente ao período entre guerras, ressuscitado na segunda metade da década de 1920, consequentemente compartilhava poucos dos

² “It would be more accurate to say that the gold standard as a basis for international monetary affairs emerged after 1870”.

méritos de seu predecessor do momento pré-guerra. Com os mercados de trabalho e *commodities* carecendo de sua flexibilidade tradicional, o novo sistema não poderia acomodar facilmente choques. Com os governos carentes de proteção contra a pressão para estimular o crescimento e o emprego, faltava credibilidade no novo regime. Quando o sistema foi perturbado, o capital financeiro que antes fluía em direções estabilizadoras se desequilibrou, transformando uma perturbação limitada em uma crise econômica e política. A crise de 1929 que se tornou a Grande Depressão refletiu exatamente esse processo. Por fim, as fatalidades incluíram o próprio padrão-ouro³ (EICHENGREEN, 2018, p. 44, tradução própria).

Além disso, Combat (2019) destaca que entre os anos de 1925 e 1945, ocorreram diversos acontecimentos que acarretaram na instabilidade econômica e política desta época, como a Grande Depressão de 1929. Neste contexto, está o Acordo de *Bretton Woods*, pensado e realizado na década de 1940 durante uma Conferência das 44 nações aliadas, no cenário da Segunda Guerra Mundial. Criado mais especificamente em 1944, na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas⁴, o Acordo de *Bretton Woods* estabeleceu um novo sistema monetário mundial ao substituir o padrão-ouro pelo padrão dólar, consolidando também a hegemonia estadunidense, pois a partir desse momento, os Estados Unidos (EUA) passaram a ser os únicos capazes de imprimir dólares. Assim, através desse acordo foi definido o Sistema de *Bretton Woods*, suas normas e instituições, com o propósito geral sendo gerir o sistema monetário internacional e as relações econômicas entre Estados, protegendo o capitalismo das inevitáveis repercussões da Guerra e facilitando a cooperação e a paz.

Amadeo (2020) explica que os EUA possuíam a capacidade para assumir tal posição de liderança ao passo que já obtinha o decisivo controle de três quartos das reservas de ouro do mundo, sendo o dólar substituto ideal para o ouro. Ademais, havia a vontade do país de tomar essa posição, já que seu *status* vitorioso após a Segunda Guerra Mundial lhe dava o ar de potência consolidada, com amplas vantagens econômicas e militares em relação aos outros Estados.

Compreende-se que os primórdios do Acordo de *Bretton Woods* são encontrados anos antes de sua criação formal, na chamada Carta do Atlântico, como relata o *U.S. Department of State*. Em 1941, o presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt e o primeiro-ministro britânico Winston Churchill se encontraram em uma conferência, na qual desenvolveram a

³ “The interwar gold standard, resurrected in the second half of the 1920s, consequently shared few of the merits of its prewar predecessor. With labor and commodity markets lacking their traditional flexibility, the new system could not easily accommodate shocks. With governments lacking insulation from pressure to stimulate growth and employment, the new regime lacked credibility. When the system was disturbed, financial capital that had once flowed in stabilizing directions took flight, transforming a limited disturbance into an economic and political crisis. The 1929 downturn that became the Great Depression reflected just such a process. Ultimately, the casualties included the gold standard itself”.

⁴ Realizada na cidade que leva o nome do acordo, no estado de New Hampshire.

Carta, que dentre diversos pontos, destaca o direito igualitário de todos os Estados de acessar o comércio e as matérias primas. Nos anos seguintes, os preparos que antecederam o Acordo eram feitos, como o esboço de organizações que dedicassem ajuda financeira aos países no pós-Guerra, para que não fosse necessário políticas protecionistas e competitivas para compensar seus déficits.

A crise de 1929 e a experiência de como barreiras e tarifas comerciais excessivas na economia internacional eram prejudiciais, levaram os participantes da conferência de *Bretton Woods* a concordarem que o novo sistema global precisava ser, na medida do possível, aberto. O receio de desvalorizações repentinas, nesse cenário, poderia ser resolvido com taxas de câmbio fixas, e não flutuantes, ou seja, trouxe a padronização das políticas cambiais, com os países participantes tendo a obrigação de manter suas taxas de câmbio fixadas ao dólar, segundo o *U.S. Department of State*.

Com a insistência dos EUA em que as taxas de câmbio fossem fixadas e a insistência britânica em que fossem ajustáveis resultou na ‘*adjustable peg*’. O Artigo XX do acordo exigia que os países declarassem o valor nominal de suas moedas em termos de ouro ou uma moeda conversível em ouro (que na prática significava o dólar) e mantivessem suas taxas de câmbio dentro de 1% desses níveis. Os valores nominais podiam ser alterados para corrigir um ‘desequilíbrio fundamental’ em 10% após consultas com o Fundo [...]. O significado da frase crítica ‘desequilíbrio fundamental’ é indefinido⁵ (EICHENGREEN, 2018, p. 95).

Foram também criadas instituições-chave com o objetivo de monitorar e supervisionar esse novo sistema: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou simplesmente, Banco Mundial). De acordo com o *Bretton Woods Project* (2019), a criação destas instituições surgiu de ideias de intelectuais como Henry Morgenthau, Harry Dexter White e John Maynard Keynes. Nesse sentido, o FMI gerou certa estabilidade no âmbito internacional, através da harmonização das políticas monetárias e do auxílio financeiro (por meio da sua balança de pagamentos) aos seus membros. Já o Banco Mundial, serviu para melhorar a capacidade (ou seja, o desenvolvimento, reconstrução e comércio) dos Estados por meio de empréstimos. Ambas organizações foram formalizadas apenas em 1945.

Dentro dessas instituições, mediante a análise de Toussaint (2006), é possível ver a clara predominância estadunidense e britânica na distribuição do poder de voto. Ambos os

⁵ “The compromise between U.S. insistence that exchange rates be pegged and British insistence that they be adjustable was, predictably, the “adjustable peg.” Article XX of the agreement required countries to declare par values for their currencies in terms of gold or a currency convertible into gold (which in practice meant the dollar) and to hold their exchange rates within 1 percent of those levels. Par values could be changed to correct a “fundamental disequilibrium” by 10 percent following consultations with the Fund [...]. The meaning of the critical phrase “fundamental disequilibrium” was left undefined”.

países possuíam 50% dos votos — em comparação, por exemplo, ao continente africano, apenas 3 dos seus países votavam, representando meramente 2.34% dos votos. Ferreira (2014), em crítica à uma das instituições criadas por esse sistema, o Banco Mundial, afirma que além de consagrar o ponto de vista econômico estadunidense através do Banco, também define seu verdadeiro interesse como a garantia de mais matérias primas e a abertura dos mercados internacionais. Ademais, este e muitos autores entendem que o Banco atuou no campo político, econômico e intelectual; nos tópicos seguintes, essas Organizações Internacionais (OI's) serão mencionadas novamente e encaradas com uma ótica mais crítica.

O período entre 1959-1967 se constitui como os melhores anos para esse sistema. É fato que a procura do dólar era crescente, tornando-se a principal moeda de reserva e usada pelo setor privado como uma moeda internacional. Entretanto, Bordo (1993) avalia que o sistema de *Bretton Woods* enfrentou inúmeros problemas ao ter início, e foram necessários 12 anos para ele funcionar plenamente. Os problemas principais, o bilateralismo e a escassez de dólares, foram resolvidos por eventos fora dos arranjos feitos por *Bretton Woods*.

A escassez de dólares foi resolvida pela ajuda massiva dos EUA e pelas desvalorizações de 1949. O multilateralismo foi finalmente alcançado na Europa 'Ocidental' em 1958, após o estabelecimento em 1950 da *European Payments Union* (EPU) pelos europeus com a ajuda dos EUA. Outros desenvolvimentos neste período incluem o declínio da importância da libra esterlina como moeda de reserva e a redução da importância do FMI. No final do período, o sistema evoluiu para um padrão de câmbio do dólar-ouro⁶ (BORDO, 1993, p. 81, tradução própria).

Na área acadêmica, os problemas em relação ao dólar: de ajustes, liquidez e confiança, eram os mais discutidos (BORDO, 1993, p. 82). Diversas políticas monetárias eram sugeridas para alcançar os ajustes necessários dessa moeda, tendo em vista as novas condições de taxa de câmbio, e outros fatores. Os déficits na balança de pagamento dos EUA eram para alguns uma fonte de preocupação, e para outros, a comprovação de que a demanda global de dólares era saciada. Para as autoridades monetárias, essa situação era problemática devido a uma possível crise de convertibilidade, já que as reservas de ouro eram insuficientes.

As políticas dos EUA para restringir os fluxos de capital e desencorajar a conversibilidade não chegaram a ser soluções suficientes. A estratégia mais defendida era o aumento da liquidez, e a menos, a de flexibilizar as taxas de câmbio. Assim, novas fontes de liquidez eram necessárias, representadas pela criação da SDR (*Special drawing rights*, uma

⁶ “The dollar shortage was solved by massive U.S. aid and the devaluations of 1949. Multilateralism was eventually achieved in Western Europe in 1958 following the establishment in 1950 of the EPU by the Europeans with U.S. assistance. Other developments in this period include the decline in the importance of sterling as a reserve currency and the reduced importance of the IMF. By the end of the period, the system had evolved into a gold dollar exchange standard”.

reserva internacional complementar, mantida pelo FMI). No entanto, no momento em que os SDRs foram injetados no sistema, eles aumentaram a inflação de maneira generalizada.

Outro empecilho era manter a confiança no dólar, pois se o ouro existente não acompanhava o crescimento da moeda, isso interferiria na estabilidade do sistema. Por isso, os EUA, por sete anos, a partir de 1960, adotaram políticas para prevenir a conversão do dólar em ouro. Mas, inevitavelmente, *Bretton Woods* entrou em colapso entre 1968-1971, devido a todas as dificuldades citadas, marcando o fim da convertibilidade dólar-ouro.

Bordo levanta a possibilidade de que a estabilidade nas estatísticas mascarou a turbulência nos mercados de câmbio. Medidas de controles de capital, entre tantas outras medidas, ao longo da década de 1960, podem ter resultado nas grandes desvalorizações em 1967 e 1969. Mas, de modo geral, as regras desse sistema não foram bem elaboradas, a convertibilidade em ouro e a taxa “fixa ajustável” foram erros, além do fracasso em manter a estabilidade pós-1965.

No final da década de 60, com a desvalorização do dólar e a consequente emissão de papel-moeda para cobrir os déficits no orçamento estadunidense, todos os países que o utilizavam e necessitavam manter seu câmbio fixo ao do dólar americano foram abalados. Em 1971, o presidente Richard Nixon encerrou a conversibilidade do dólar em ouro, representando o fim do acordo e do sistema de *Bretton Woods*. O dólar tornou-se uma moeda fiduciária, ou seja, sem lastro, e também uma moeda de reserva para diversos países. Outra transformação foi a conversão de moedas de câmbio fixo, para flutuante.

Por fim, nota-se que vários aspectos do capitalismo atual se assemelham ou advêm do sistema de Bretton Woods, o qual mudou a configuração do sistema monetário e financeiro internacional. Tal fato permitiu que países com economias em desenvolvimento fossem mais abalados pelas crises e instabilidades internacionais, pois os mercados nacionais passaram a se abrir e liberalizar, e isso também se deve à ascensão do neoliberalismo, que será tratado no capítulo seguinte.

2.3 Welfare State

Aqui, considera-se por Estado do Bem-Estar Social (ou *Welfare State*) aquele modelo que visa garantir condições mínimas de existência aos que nele vivem, e possui como propósito a organização política e econômica da sociedade visando o acesso a direitos, que se relacionam com o trabalho, educação, moradia, saúde, enfim. Segundo Fiori [20-?], há mais de uma definição para este conceito. Alguns apontam sua ligação com a ideia de “proteção social” e sua evolução histórica contínua ou descontínua. Entre os que defendem o primeiro

tipo de evolução histórica citado, são destacados autores como Marshall (1967), que descreve o desenvolvimento da cidadania em três séculos, cada um deles tendo enfoque em uma característica (civil, política e social), além de Flora e Heidenheimer (1983 apud FIORI, [20-?], p. 2), que apontam para o surgimento do *Welfare State* e da democracia de massas no final do século XIX como um processo.

Já sobre o segundo tipo, o descontínuo, estudiosos como Esping-Andersen (1990 apud FIORI, [20-?], p. 2) e Mishra (1990 apud FIORI, [20-?], p. 2) apontam um rompimento entre o período que se inicia com as *Poor Laws* (1536-1601), uma forma pioneira de assistencialismo na Inglaterra, e o período posterior a Segunda Guerra Mundial, com o Plano *Beveridge* (1942), que consolidou o Estado de Bem-Estar contemporâneo.

Indaga-se, assim, qual seria a característica que difere o *Welfare State* de outras proteções sociais que lhe antevêm. Fiori diz que tais formas de políticas sociais, criadas entre os séculos XV e XIX, de fato são reutilizadas pelo modelo do *Welfare* após a Segunda Guerra Mundial, entretanto, não são idênticas.

O que o distinguia foi o fato de propor medidas e práticas permanentes; assentar-se sobre um núcleo institucional diferenciado; concentrava-se sobre trabalhadores masculinos e os obrigava à contribuição financeira compulsória e, finalmente, institucionalizava procedimentos completamente diferentes dos que foram utilizados pelo assistencialismo prévio. Nascia ali um novo paradigma, conservador e corporativo, onde os direitos sociais, definidos de forma contratual, eram outorgados ‘desde cima’ por um governo autoritário que ainda não reconhecia os direitos elementares da cidadania política. Modelo que generalizou-se pela Europa, como no caso do assistencialismo inglês, mas que acabou tendo, também, enorme influência na construção conservadora dos sistemas de assistência e proteção social que se multiplicaram na periferia latino-americana durante o século 20, mas sobretudo depois de 1930 (FIORI, [20-?], p. 2).

Esping-Andersen (1991) considera que há três divisões principais entre os Estados de Bem-Estar Sociais: os de cunho liberal (como EUA, Canadá e Austrália, possuindo enfoque em auxiliar as camadas mais pobres, com políticas mais restritas), conservador-corporativista (ocorreu na Áustria, França, Alemanha e Itália, e mantinha as diferenças de *status*) e social-democrata (todas as classes sociais são beneficiadas, isso ocorreu em pouquíssimos lugares, notadamente alguns países escandinavos).

Aqui, será explicado em mais detalhes o contexto em que o *Welfare State* surgiu, mas já se adianta que, de modo geral, dois dos motivos são o crescimento constante da economia na chamada Era de Ouro, que será explicitado a seguir, tendo como por autor base Hobsbawm (1995), e os acordos de *Bretton Woods*, descritos no tópico anterior.

Segundo Tales Pinto [20-?], uma das bases para a criação do Estado de Bem-Estar Social foi o Plano *Marshall*, que esteve em vigência entre 1947 e 1951. Esse plano estadunidense consistiu em um programa de ajuda econômica a alguns países do leste europeu, depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Seus objetivos eram: estabilizar a situação política e social europeia, conter o avanço comunista e realizar propaganda contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O resultado foi positivo para os Estados Unidos, gerando crescimento econômico e possibilitando a disseminação do capitalismo “ocidental”. Hobsbawm (1995) afirma que o Plano *Marshall* foi decisivo no desenvolvimento da Alemanha Ocidental e do Japão, e como os mesmos pertenciam ao lado perdedor, não lhes era permitido ter gastos militares, o que acabou sendo uma vantagem, pois esse dinheiro era utilizado em outras áreas⁷.

De acordo com Hobsbawm, após a Segunda Grande Guerra, durante os anos de 1950, as circunstâncias econômicas do mundo melhoraram muito, em maior intensidade para os países “desenvolvidos” e em menor, para os “subdesenvolvidos” (os quais passaram para o *status* de “em desenvolvimento” após esse período). Dentre outras nomenclaturas, essa época pode ser considerada a Era de Ouro do capitalismo devido ao crescimento econômico excepcional. Durante essa era, o capitalismo foi reestruturado causando (1) a diminuição de seus problemas e (2) gerando um bom grau de estabilidade (sem grandes crises). Houve, inclusive, a adaptação de ideias soviéticas para a economia capitalista mista, uma forma de combater o comunismo por meio de “aperfeiçoar” o capitalismo. O autor diz que tal reestruturação ocorreu propositalmente, para que as catástrofes econômicas, políticas e sociais anteriores não viessem a se repetir.

Vários Estados se desenvolviam e aproximavam-se de alcançar o valor do Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos EUA, que firmou-se como a maior potência⁸. Na Europa, a prosperidade se consolidou em 1960, quando os níveis de desemprego eram baixos e ninguém sequer previa uma desaceleração da economia. Apesar da Era de Ouro ter sido um acontecimento mundial, constata-se que seus efeitos se deram de modos distintos em diferentes países. Por exemplo, essa riqueza não atingia toda a população. Os países desenvolvidos produziam tanta comida que não conseguiam consumi-la, gerando sobras. Existiam então dois extremos, excedentes de alimentos e gente faminta (nos países mais

⁷ O autor defende que a longo prazo, o efeito econômico do vasto desvio de recursos dos Estados para armamentos competitivos é prejudicial.

⁸ “[...] e só depois que o modelo original da ONU desmoronou, na Guerra Fria, as duas únicas instituições internacionais de fato criadas sob os Acordos de *Bretton Woods* de 1944, o Banco Mundial (“Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento”) e o FMI, ambos ainda existentes, tornaram-se de facto subordinadas à política americana” (HOBBSAWM, 1995, p. 269).

pobres). Essa situação, que causou revolta durante a Grande Depressão, não foi tão discutida posteriormente. Essa também foi uma época de elevação da xenofobia, e migração (como a do campo para a cidade), a qual buscava-se frear por meio de políticas migratórias.

Além da revolução tecnológica, houve uma grande industrialização durante essa época, que gerou o aparecimento de produtos inovadores, e um elevado investimento para desenvolvê-los ainda mais, tal como produtos farmacêuticos⁹. Aspirava-se precisar de cada vez menos de mão de obra humana, substituindo-a por máquinas e robôs, entretanto, isso não ocorreu de imediato, pelo contrário, os salários aumentaram¹⁰ e o nível de vida melhorou.

A produtividade da economia mundial expandiu-se, internacionalizando-se, e gerando a possibilidade de uma nova divisão de trabalho internacional. Os países subdesenvolvidos que vinham se industrializando, passaram a exportar manufaturas para os países industriais desenvolvidos em quantia considerável e acarretando em uma mudança da estrutura política da economia.

Essa sucessão de ‘ondas longas’, de cerca de meio século de extensão, formou o ritmo básico da história econômica do capitalismo desde fins do século XVII. [...] Na verdade não há explicações satisfatórias¹¹ para a enorme escala desse Grande Salto Adiante da economia mundial capitalista, e portanto para suas consequências sociais sem precedentes (HOBSEBAWM, 1995, p. 263-264).

Sobre as consequências sociais citadas, o autor refere-se ao compromisso com o pleno emprego, seguridade social e previdenciária, ou seja, manutenção de renda, assistência e educação. “[...] foi uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social” (HOBSEBAWM, 1995, p. 265).

Partidos políticos de esquerda e movimentos trabalhistas entraram em evidência, reivindicando seu espaço na política com propostas de melhorar as condições das classes mais pobres e fazer reformas sociais, mas não havia nenhum plano de longo-termo para extinguir o capitalismo, encaixando-se perfeitamente nesse novo contexto do capitalismo reformado. Em outras palavras, um “meio-termo” entre padrões e organizações trabalhistas, onde ocorriam reivindicações limitadas, sem que prejudicasse os lucros que mantinham o crescimento da Era de Ouro.

Em suma, na medida em que tentavam construir um conjunto de instituições funcionais para dar vida a seus projetos, os planejadores do admirável mundo novo fracassaram. O mundo não emergiu da guerra sob a forma de

⁹ Graças à produção de antibióticos e da pílula anticoncepcional, houve em alguns países a chamada revolução sexual, a partir de 1960, sendo esse um dos efeitos culturais da Era de Ouro.

¹⁰ Isso fez com que sobrasse mais dinheiro para outros gastos, os dos chamados “bens de luxo”, que conquistaram seu próprio mercado de consumo de massa.

¹¹ Apesar de que a revolução tecnológica, a internacionalização da economia e o aumento da produtividade mundial tenham, com certeza, sido fatores essenciais.

um eficiente sistema internacional, multilateral, de livre comércio e pagamentos, e as medidas americanas para estabelecê-lo desabaram dois anos após a vitória. Porém, ao contrário das Nações Unidas, o sistema internacional de comércio e pagamentos deu certo, embora não do modo originalmente previsto ou pretendido. Na prática, a Era de Ouro foi a era do livre comércio, livres movimentos de capital e moedas estáveis que os planejadores do tempo da guerra tinham em mente. Sem dúvida isso se deveu basicamente à esmagadora dominação econômica dos EUA e do dólar, que funcionou como estabilizador por estar ligado a uma quantidade específica de ouro, até a quebra do sistema em fins da década de 1960 e princípios da de 1970 (HOBSBAWM, 1995, p. 269-270).

Ademais, houve o surgimento de uma economia transnacional, que não considera as fronteiras como parte do esquema operatório, e sim um empecilho, acarretando em vários dos problemas da década de 1970.

Em dado momento do início da década de 1970, uma economia transnacional assim tornou-se uma força global efetiva. E continuou a crescer, no mínimo mais rapidamente que antes, durante as Décadas de Crise após 1973. [...] Três aspectos dessa transnacionalização foram particularmente óbvios: as empresas transnacionais (muitas vezes conhecidas como ‘multinacionais’), a nova divisão internacional do trabalho e o aumento de financiamento offshore¹² (externo) (HOBSBAWM, 1995, p. 272).

Os objetivos dessas empresas são: (1) expandir seu mercado, possível graças a revolução no transporte e comunicação, que facilitou a exportação e gerou uma tendência ao acúmulo de capital por poucos, e (2) ser independente do seu país. O autor também afirma que a facilitação da exportação foi um dos fatores que criou a sociedade de consumo em massa. Este movimento de globalização do capitalismo, contribuiu para uma inicial diminuição da capacidade de controle econômico do Estado, que como se nota, ao fim dessa década, começou a cada vez mais perder sua força e corroborar com as demandas do capitalismo global.

De modo geral, a economia e a produção mundial dispararam, fazendo com que as consequências dessas ações fossem negligenciadas. Poluição da água, ar e solo, destruição de ecossistemas, desmatamento, produção exagerada de lixo, enorme emissão de gases nocivos à atmosfera, são apenas alguns exemplos. Também se usou desmedidamente combustíveis fósseis como carvão, gás natural e petróleo, que com seu baixo custo, barateavam muito a energia e contribuíram para que essa fosse a Era de Ouro.

Com toda essa contextualização, cabe agora afirmar, que os Estados de Bem-Estar Sociais, consolidaram-se verdadeiramente por volta de 1970. Os gastos com a seguridade

¹² Registrar a sede legal da empresa em um lugar fora do país livre de taxas e impostos.

social constituíam a maior parcela dos gastos públicos (em detrimento do setor militar), paralelamente com um avanço da ideologia esquerdista, como mencionado.

No fim da década de 1970, todos os Estados capitalistas avançados se haviam tornado ‘Estados do Bem-estar’ desse tipo, com seis deles gastando mais de 60% de seus orçamentos na seguridade social (Austrália, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Países Baixos). Isso iria produzir consideráveis problemas após o fim da Era de Ouro (HOBSEBAM, 1995, p. 279).

Esse novo sistema, no entanto, começou a se deteriorar. Após 1968, os trabalhadores passaram a ficar menos pacientes em relação às suas reivindicações, houveram manifestações e rebeliões estudantis.

Ao contrário da explosão salarial, do colapso do sistema financeiro internacional de *Bretton Woods* em 1971, do boom de produtos de 1972-3 e da crise da OPEP de 1973, não entra muito na explicação dos historiadores econômicos sobre o fim da Era de Ouro. [...] A expansão da economia no início da década de 1970, acelerada por uma inflação em rápida ascensão, maciços aumentos nos meios circulantes do mundo, e pelo vasto déficit americano, tornou-se febril (HOBSEBAM, 1995, p. 280).

Em 1973, houve um colapso econômico, ao qual a economia não se recuperou, marcando o fim da Era de Ouro, que é entendido por Hobsbawm (1995) como uma junção de fatores, como a crise do padrão dólar-ouro (colapso do sistema financeiro internacional de *Bretton Woods*), a exaustão da mão de obra, o crescimento da inflação, entre outros aspectos.

Ademais, em 1981, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) publicou um relatório intitulado “*The Welfare State in Crisis*”, o qual culpou as políticas do *Welfare State* pela crise econômica. A disseminação dessa ideia é um dos motivos pelos quais os projetos de reformas neoliberais se expandiram em detrimento do modelo de Estado de Bem-Estar Social. E “[...] com o advento de uma hegemonia neoliberal, combinam-se e traduzem-se elementos estruturais e superestruturais nas distintas sociedades que germinaram as condições para governos de extrema-direita” (PASSOS, 2021, p. 144).

O *Welfare State* não resistiu aos obstáculos impostos pelo sistema capitalista, que é essencialmente desigual, e dentro da lógica neoliberal, o Estado tem papel restrito, o qual é incompatível com o Estado de Bem-Estar¹³. Para Passos (2021, p. 144), nessa época haviam “elementos de estabilização econômica mais fortes que outrora, mas o advento de governos neoliberais começou a minar tais mecanismos”.

A partir de então uma nova crise surge, com o declínio do PIB e da produção industrial, que prolongou-se até a década de 90, onde:

¹³ Além do crescimento da influência dos setores burgueses que controlam o capital financeiro.

Por um lado, uma crise de lucratividade do grande capital financeiro internacional que buscou alternativas nos países periféricos aliada a uma significativa transformação tecnológica nos processos produtivos econômicos (BIELER; MORTON, 2018: p. 165), transferindo-se plantas industriais, investimentos e muitas instalações dos países centrais para Estados com condições de menor custo. Ondas de crescimento econômico desiguais continuaram neste período embora não comparáveis com os momentos de maior crescimento após o período imediato a 1945, com intervalos de recessão nos países mais desenvolvidos. O mesmo não podia ser dito em relação à América Latina, à África, e ao Oeste asiático, nos quais os períodos de maior recessão mundial entre 1973-1975, 1981-1983 se prolongaram de modo devastador (PASSOS, 2021, p. 143).

Ao considerar as variedades do *Welfare State* em cada país, notam-se políticas e aplicações distintas no que tange a participação estatal, como antes dito. Assim, é possível afirmar que o modelo de Estado que é referência em países europeus, não é o mesmo que o brasileiro. Nota-se que no Brasil, o Estado de Bem-Estar Social foi uma expressão raquítica do que ocorreu na Europa. Ou seja, na Europa o histórico e a memória do Estado de Bem-Estar Social são bem mais fortes, já no Brasil não, e os poucos direitos preconizados pelo *Welfare* que chegaram aqui estão sendo destruídos, entretanto, isso será melhor desenvolvido nos capítulos seguintes.

Ademais, como a própria análise de Hobsbawm (1995) acentuou, todo o aparato de direitos, bem-estar, seguridade, aos olhos do capitalismo global, perdeu o sentido com o fim da União Soviética e seu bloco. O Estado erigido a partir de 1917 salvou o capitalismo global e foi o mais sacrificado na Segunda Guerra Mundial em vidas e toda a sua estrutura. O temor de uma eventual hegemonia soviética em nível global e regional alimentou toda uma tendência passivizante e amortizadora desigual e combinada de potenciais conflitos e tensões sociais em maior ou menor grau com a consecução de uma contrapartida em direitos, seguridade que não mais se fazia necessária aos olhos do bloco hegemônico.

2.4 Conclusão do capítulo

Ao longo deste capítulo buscou-se descrever de forma resumida a trajetória do Acordo de *Bretton Woods*, suas principais consequências em termos materiais e institucionais, além das bases gerais e desdobramentos no tocante ao Estado de Bem-Estar Social. Em termos de variantes e manifestações de tais formas de Estado, ideias, instituições e suas manifestações materiais, fizeram sentido em termos de tempos históricos desiguais em nível nacional e internacional num contexto de Guerra Fria e competição inter-hegemônica com a União Soviética. Com o desaparecimento desta, as tendências pioneiras e neoliberalizantes desiguais que começavam a tomar forma nos anos 70 no Chile, Grã-Bretanha e Estados Unidos foram

aos poucos se tornando um terreno preparatório para a sua tradução e disseminação hegemônica em nível global. Um arrazoado sumário sobre esta temática será desenvolvido no capítulo subsequente.

3 NEOLIBERALISMO: ORIGEM E HERANÇA

3.1 Introdução

O objeto deste capítulo é abordar de forma sintética a gênese doutrinária do liberalismo, seus desdobramentos em termos do neoliberalismo e seu legado conectados a perspectivas teórico-práticas afins ao fascismo.

3.2 Origem do liberalismo

Ao buscar-se debater o neoliberalismo, mostra-se necessário entender a origem deste movimento, portanto, um resgate histórico das origens do liberalismo é essencial para o presente trabalho.

A doutrina do liberalismo tem suas origens, segundo Souza (2016), no movimento iluminista, conectando-se também à ascensão da burguesia. De acordo com este pensamento, o indivíduo ocuparia um lugar na sociedade que fosse proporcional ao seu esforço e mérito, ou seja, ignora-se completamente os diferentes contextos que as pessoas vivem e assume que todos possuem as mesmas oportunidades. Nota-se aqui, uma recusa e negação dos direitos coletivos pelo liberalismo. O Estado mínimo se justifica pois, sem ele, direitos individuais não seriam possíveis. O Estado possui o papel apenas de dar as condições mínimas, rejeita-se o Estado assistencialista.

Um dos pioneiros dessa doutrina foi Adam Smith, defensor do liberalismo econômico, no qual a suposta “mão invisível” do mercado (oferta e demanda) regularia tudo, sem haver a necessidade de o Estado intervir. Esse modo de pensar prevaleceu de maneira geral no âmbito internacional até a crise de 1929, onde o mesmo passa a ser questionado, e há a necessidade de intervenção estatal, com influência do keynesianismo.

Suas bases principais são, portanto: meritocracia, liberdade e direitos individuais, não intervenção do Estado na economia (livre mercado) e defesa da propriedade privada. Não coincidentemente, esses elementos condizem com os desejos da burguesia da época, sendo que a mesma se beneficiaria dessa doutrina.

Posteriormente, depois da Segunda Guerra Mundial, Moretti (2017) afirma que o neoliberalismo ganha espaço como um fenômeno político e econômico, principalmente em

países de capitalismo avançado, como alguns da Europa e América do Norte. Apesar de bases semelhantes, há diferenças fundamentais nessa corrente, defende-se que o Estado deve ser mínimo, mas não inexistente, também opondo-se ao “igualitarismo” que parecia instalar-se na época.

Um dos principais objetivos é a desestatização, ou seja, a privatização, sendo o Estado responsável por menos serviços, e a descentralização¹⁴ (embora também retome os princípios de liberdade pessoal e da mão invisível do mercado como já mencionado). Ademais, a nova corrente é mais “prática”, ou seja, foca em ações econômicas, e segundo Blume (2016), isso pode ser mais claramente notado nas políticas do FMI e do Banco Mundial, que será debatido mais adiante, e tem conexão com o contexto apresentado no capítulo 2.

Assim, o termo neoliberalismo obteve mais força na década de 1980, como uma volta do liberalismo (após sua temporária perda de influência devido ao keynesianismo), sendo a doutrina predominante no plano internacional. Para Tickner (2001, p. 68, tradução própria):

Os neoliberais, incluindo alguns teóricos anteriores da interdependência liberal e do regime, aproximaram-se de uma ontologia realista, na medida em que geralmente aceitam a caracterização realista de um sistema internacional anárquico de Estados, definido como atores racionais unitários, o qual impede a cooperação. [...] Os neoliberais aceitam que o comportamento de interesse próprio pode resultar em resultados abaixo do ideal; eles acreditam, no entanto, que as falhas desses bens coletivos podem ser mitigadas por instituições internacionais. Ambas as abordagens compartilham uma metodologia fundamentada na microeconomia, que emprega a escolha racional e a teoria dos jogos¹⁵.

Tickner afirma que essa nova versão do liberalismo surgiu no século XIX, na Europa:

Os ideais centrais dessa versão do liberalismo nasceram na Europa do século XIX; sua versão internacional decorre do movimento de livre comércio que começou na Grã-Bretanha durante seu período de hegemonia em meados do século XIX. Em sua manifestação no final do século XX, a reestruturação global da economia anunciada pelo liberalismo foi caracterizada pela expansão dos mercados financeiros e pela reorganização da produção evidenciada por uma mudança de corporações integradas para redes (*networks*) de firmas que fabricam componentes do processo de produção em diferentes locais de acordo com a disponibilidade de mão de obra barata e taxas de impostos favoráveis¹⁶ (2001, p. 71, tradução própria).

¹⁴ “O governo, não centralizador, teria suas responsabilidades reduzidas, corroborando para que cada um não precisasse se submeter aos desejos dos demais, mas pudesse, ao contrário, realizar aos seus próprios” (MORETTI, 2017, p. 25).

¹⁵ “Neoliberals, including some earlier liberal interdependence and regime theorists, have moved closer to a realist ontology, in that they generally accept realists’ characterization of an anarchical international system of states, defined as unitary rational actors, which impedes cooperation. [...] Neoliberals accept that self-interested behavior can result in suboptimal outcomes; they believe, however, that these collective goods’ failures can be mitigated by international institutions. Both these approaches share a methodology grounded in microeconomics, which employs rational choice and game theories”.

¹⁶ “The core ideals of this version of liberalism were born in nineteenth-century Europe; its international version stems from the free-trade movement that began in Britain during its period of hegemony in the middle of the

A autora aponta, que apesar de prometer reduzir as desigualdades, a realidade da globalização econômica é uma brecha maior entre pobres e ricos, ou seja, seu aumento. Assim, os EUA lideram esse movimento de desregulamentação de mercados e privatizações. Mas não somente seu capitalismo liberal, além dos ideais econômicos, o Norte global busca impor no Sul¹⁷ “outras ideias ocidentais estão se tornando globalizadas através do discurso dos direitos humanos e da disseminação das instituições democráticas ‘ocidentais’¹⁸” (TICKNER, 2001, p. 95, tradução própria).

Em concordância com outros autores usados no presente trabalho, Tickner referencia Gillian Youngs (apud Tickner, 2001, p. 73), que diz que o universalismo proposto por alguns autores, é na verdade extremamente particularista, pois defende a globalização de valores associados com a democracia e economia liberal.

No começo essas ideias não tiveram muita visibilidade, mas com o fim da chamada Era de Ouro, a decadência do modelo do *Welfare State* e a crise do capitalismo (baixo crescimento e alta inflação), a doutrina neoliberal foi ganhando seguidores, tanto que dois dos seus principais pensadores ganharam o prêmio Nobel de economia, Hayek em 1974 e Friedman em 1976 (Hayek, por exemplo, culpava os sindicatos como “causadores” da crise, e Friedman ressaltava a importância da liberdade e do Estado Mínimo), de acordo com Moretti (2017, p. 26). Como forma de corroborar essa afirmação, tem-se como exemplo líderes neoliberais que vieram ao poder entre 1975 e 1981 como Augusto Pinochet no Chile, Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos.

nineteenth century. In its late-twentieth-century manifestation, the global restructuring of the economy heralded by the liberalism of privilege was characterized by the spread of financial markets and the reorganization of production evidenced by a shift from integrated corporations to networks of firms manufacturing components of the production process at different locations according to the availability of cheap labor and favorable tax rates”.

¹⁷“A partir de uma perspectiva marxista, as teorias da dependência e dos sistemas mundiais apontavam para uma relação estrutural de desigualdade entre o Norte e o Sul, em que o Sul estava preso a uma relação historicamente dependente e periférica com o Norte por meio de uma economia capitalista global hierárquica. A teoria da dependência afirmava que a economia mundial capitalista distorcia sistematicamente as economias dos países menos desenvolvidos por meio da deterioração dos termos de comércio e dos fluxos de investimento dos pobres para os ricos que restringiam seu desenvolvimento. As soluções foram pensadas para residir no desenvolvimento autônomo e desvinculado, em vez da integração com a economia mundial” (TICKNER, 2001, p. 68, tradução livre).

“Coming out of a Marxist perspective, dependency and world systems theories pointed to a structural relationship of inequality between North and South, whereby the South was locked into a historically dependent and peripheral relationship with the North through a hierarchical global capitalist economy. Dependency theory claimed that the capitalist world economy systematically distorted the economies of less-developed countries through deteriorating terms of trade and investment flows from poor to rich that constrained their development. Solutions were thought to lie in autonomous, delinked development, rather than integration with the world economy”.

¹⁸ “[...] other Western ideas are becoming globalized through the discourse of human rights and the spread of Western democratic institutions”.

No caso chileno, Pinochet fez uso de recomendações dadas por autores da Escola de Chicago sobre a liberalização do mercado e redução do papel estatal, além de privatizações, demissões massivas de trabalhadores da esfera pública e redução de gastos, conforme Blume (2016) mostra. Já na Inglaterra, Moretti (2017, p. 26-27) ressalta que Thatcher derrubou sindicatos, privatizou empresas, cortou gastos sociais, entre diversas ações de cunho individualista em detrimento do bem-estar coletivo. Para os EUA, o detalhe mais marcante foi a corrida armamentista, com os imensos gastos militares, mas também na repressão de greves e redução de impostos para a camada mais rica.

É também importante citar o Consenso de Washington, o qual foi um ponto marcante na trajetória da doutrina neoliberal. Ele consiste em um compilado de regras econômicas a serem seguidas, publicado em 1989, com o aval das grandes instituições financeiras mundiais, e que de fato passaram a ser seguidas e implementadas em diversos países. Algumas delas são: redução de gastos públicos, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, privatização de empresas estatais, desregulamentação (flexibilização de leis econômicas e trabalhistas) (BLUME, 2016).

Logo, quando se fala em uma hegemonia neoliberal internacional, remete-se a um conceito do pensador italiano Antonio Gramsci, como bem explicita Filho¹⁹ (2016, p. 6):

Segundo o autor, Gramsci se esforça para elaborar um esquema que permite entender a formação de classes e a luta de classes que, sem se prender a uma transposição mecânica das relações de produção para a esfera política, não abre mão da ideia de que a exploração está na base da sociedade capitalista. É central a sua formulação sobre a hegemonia, segundo a qual uma classe apresenta os seus interesses como universais e mantém a sua dominação com base em uma conjugação de força e consenso.

A legitimação dessas ideias, é para Harvey (2013 apud MORETTI, 2017, p. 28) relacionado com “o senso comum às práticas de longa data em uma determinada socialização cultural, capazes de aprofundar raízes”, sendo que, o consentimento ao redor do neoliberalismo se deu por diferentes meios, como os meios de comunicação e instituições da sociedade civil, por exemplo, segundo o autor, favorecendo que a doutrina se propagasse (MORETTI, 2017, p. 29). Também, a autora afirma que:

Por volta dos anos 1990, os departamentos de economia de grandes universidades e escolas de negócios norte-americanas tornaram-se redutos de treinamentos neoliberais a estrangeiros de 30 países como Chile, México, ou mesmo instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (MORETTI, 2017, p. 29-30).

¹⁹ Ele entende que “a hegemonia liberal (foi) estabelecida a partir da globalização” (FILHO, 2016, p. 16-17).

No âmbito internacional, no que diz respeito ao FMI, o qual o cenário de sua criação foi explicitado no tópico anterior, Blume (2016) afirma que essa organização, apesar de fornecer recursos para ajudar países em dificuldades financeiras, o faz com uma condição que não pode ser ignorada. Em conformidade com o Consenso de Washington, os países devem seguir as regras neoliberais de ação econômica, listadas sumariamente acima. As consequências possuem duas faces, por um lado, nota-se crescimento econômico e estabilização da economia de alguns países, por outro, o aumento da desigualdade e do crescimento a longo prazo.

Já no que tange ao Banco Mundial, Moretti (2017) analisa sua participação em projetos no Brasil, percebendo que estes atendem à agenda de um projeto político neoliberal. Alguns autores, como Cruz (2003 apud MORETTI, 2017, p. 43), afirmam que o Banco Mundial e o FMI agem para atender seus próprios interesses (aqueles dos países dominantes). Também, apesar de buscar erradicar a pobreza e a desigualdade de gênero, isso se deu a partir de "ocidentalizar" os países em desenvolvimento, como fala Martins (2005 apud MORETTI, 2017, p. 46). Entretanto, em referência a Soares, a autora afirma que não somente isso não ocorreu, como a desigualdade e miséria aumentaram (2007 apud MORETTI, 2017, p. 46).

A instituição durante esse período consolidou-se enquanto peça chave na sustentação e na adequação dos países em crise, passando a intervir cada vez mais fortemente nas políticas e ações de seus membros, garantindo em troca inúmeros empréstimos. Por meio de tais ações, o Banco Mundial colocava condições e ajustes em consonância com seus interesses, algo que se tornou mais claro nos anos 1980, quando os países financiados aderiram gradativamente ao neoliberalismo, dispostos a reduzir gastos públicos, abrir-se comercialmente, diminuir tarifas de importação/exportação, não restringir o ingresso de capital estrangeiro, eliminar intervenções do Estado e privatizar empresas e serviços públicos (SOARES, 2007 apud MORETTI, 2017, p. 46-47).

Para a autora, o Banco Mundial recebeu “[...] incontáveis críticas, especialmente acerca da concentração de renda nas mãos de poucos [...] suas ações voltadas à erradicação da pobreza e preservação ambiental pouco se efetivaram na prática” (MORETTI, 2017, p. 47).

Por fim, em 1991, com a Inglaterra e os EUA com enorme endividamento, tem-se outra crise, que ao invés de causar um afastamento da doutrina neoliberal, na verdade só a fortaleceu, onde “[...] os governos do leste Europeu aderiram fortemente às reformas neoliberais, posicionando-se contrários às políticas de bem-estar social e quaisquer benefícios não atrelados a méritos e a esforços individuais” (MORETTI, 2017, p. 28). No tópico seguinte, serão abordados alguns aspectos ligados ao neoliberalismo, que dizem respeito a algo que também nasceu no continente europeu, o fascismo.

3.3 Herança fascista

No que tange ao fascismo, nota-se muitas vezes, seu conceito sendo utilizado de maneira generalizada, o que não está em conformidade com os objetivos desta pesquisa, assim, aqui serão utilizados autores que dialogam com a temática, para melhor definir e compreender o fenômeno fascista.

Togliatti (1978) analisa o modelo político ideológico fascista em sua obra, onde no capítulo de apresentação, Marco Aurélio Nogueira diz que:

Togliatti descobre no fascismo não apenas terror e ‘luta contra a democracia’, mas principalmente ‘luta contra a classe operária que se desenvolve sobre uma nova base de massa, de caráter pequeno-burguês’; trata-se, no fundo, de um regime reacionário de massa, nos quadros do capitalismo monopolista de Estado que organiza a burguesia e a pequena burguesia graças à ação de um ‘partido de tipo novo’ e de uma ideologia eclética (1978, p. 13).

Segundo Togliatti, esse fenômeno não é algo fixo e homogêneo em todos os locais em que ocorre, ele possui aspectos singulares que variam com lugar e tempo. Algumas características gerais notadas são os ideais nacionalistas, a estratégia de dividir e neutralizar vanguardas operárias e um regime corporativo.

Contudo, Fresu (2021) alerta que reduzir demasiadamente o termo não é benéfico para o seu entendimento, pois assim, outras características são perdidas. A análise de Fresu se mostra fundamental para que se possa discutir a ascensão de movimentos de extrema direita com nexos fascistas no quadro político brasileiro, na medida que, uma das ideias centrais do autor é a de que o fascismo possui elementos modernos em seu projeto autoritário, como o de controle de massas, ou em suas palavras, domínio e direção. O autor diz que:

Desde 2008 estamos vivendo uma crise orgânica mundial, que não atinge apenas estruturalmente as formas de produção, acumulação e distribuição da riqueza, mas a própria hegemonia das classes dirigentes e das ideologias tradicionais. Com a crise da relação de representação dos sistemas parlamentares clássicos, portanto, das próprias regras liberal-democráticas, determinou-se a emergência de novas pulsões antidemocráticas e o crescimento de forças de inspiração autoritária em nível internacional, que suscitaram o interesse científico e político em torno do paradigma do fascismo. Isso porque esse quadro de crise estrutural tem pontos em comum com o mundo depois da Primeira Guerra Mundial, marcado pela radicalização reacionária de significativos estratos sociais, particularmente entre as classes médias, e a polarização do conflito político-social que favoreceu a ascensão do fascismo (FRESU, 2021, p. 82).

Os primórdios do movimento fascista encontram-se na crise (econômica e ideológica) italiana depois da Primeira Guerra Mundial, e suas raízes se encontram em alguns fatores, como: a política de massas; a crise dos setores burgueses; e a falta de ação e organização do

socialismo italiano. “Nesse sentido, o fascismo italiano foi uma forma sofisticada de poder autoritário em comparação com os velhos regimes reacionários, dada a sua constante busca pelo consenso popular e o uso hábil da demagogia” (FRESU, 2021, p. 86). Então:

As profundas transformações do capitalismo mundial na idade do imperialismo tem duas consequências fundamentais para o quadro que leva ao nascimento do fascismo: 1) o processo de concentração e centralização dos capitais acaba por destruir a função econômico-produtiva da pequena e média burguesia (a base social do fascismo), que, como escreve depois Gramsci, torna-se essencialmente uma classe política, especializada na intermediação, com características parasitárias; 2) o conflito permanente, para o controle mundial das áreas coloniais sob a influência das nações imperialistas, torna a potência militar sempre mais o instrumento fundamental do enfrentamento político ao nível internacional e a guerra mesma uma exigência vital funcional à evolução social e ao progresso nacional. Esse segundo elemento é central no desenvolvimento do nacionalismo antes e depois da primeira guerra mundial, porque fornece a ferramenta ideológica que determina alguns assuntos essenciais do fascismo (FRESU, 2021, p. 93-34).

Uma similaridade entre o fascismo e os movimentos autoritários atuais é a “politização integral da vida civil” (FRESU, 2021, p. 87), ou seja, a função de organizar a vida social dos indivíduos em torno dos interesses do governo. Outro ponto em comum encontrado, é o objetivo de restaurar os valores antigos e a velha ordem. Entretanto, uma diferença é “[...] a falta, nos movimentos de hoje, de um partido centralizado e militarizado que, constituía o alicerce fundamental do fascismo” (FRESU, 2021, p. 87).

Nos dias atuais, há a tradução histórica de elementos fascistas, que dialogam com o neoliberalismo, até porque “[...] o fascismo nasce sim no seio da sociedade liberal, [...]” (FRESU, 2021, p. 92), mostrando-se essencial, portanto, entender melhor sua herança. Nota-se que foi no auge do liberalismo onde o “direito à expansão” colonialista nasceu, justificando a dominação e exploração de sujeitos considerados inferiores, fato esse omitido nas interpretações liberais do fascismo. No que diz respeito ao fascismo e o legado da tradição colonial, Fresu afirma que a Inglaterra, a Holanda e os Estados Unidos, os Estados onde considera-se que a civilidade liberal surgiu, foram os mesmos que impulsionaram a supressão da liberdade individual mais cruel e violenta, a escravidão.

Assim, “[...] o fascismo é o produto das contradições objetivas e subjetivas das sociedades liberais em crise, mas também um desenvolvimento político e cultural não alheio à brutal civilização europeia que submeteu e escravizou os chamados ‘povos primitivos’” (FRESU, 2021, p. 95).

A conclusão mais importante de Fresu é a de que a herança fundamental do fascismo na atualidade tem relação com sua habilidade de controlar as massas, em que se nota uma

facilidade ainda maior nos dias de hoje, considerando que existem meios de comunicação de massa e uma difusão rápida e eficiente de informações. Ou seja, o fenômeno fascista traduziu-se dentro das superestruturas e estruturas, transformou-se, e conseguiu permanecer.

Conclui-se que o termo “fascismo” possui especificidades geográficas e temporais que dificultam sua aplicação idêntica em contextos diferentes dos quais o mesmo ocorreu de fato, sendo necessário uma tradução do mesmo. Entretanto, é inegável que tal movimento trouxe e traz elementos que se verificam em governos atuais e que não deve ser subestimado, elementos esses que possuem características autoritárias e dialogam com seus nexos, como por exemplo, o governo brasileiro de Bolsonaro, não coincidentemente apelidado de “o mito”. É fato que:

O fascismo foi também o primeiro movimento político do século XX que levou o pensamento mítico ao poder, consagrando-o como forma superior de expressão política das massas e fundamento moral da sua organização, institucionalizando-o nas crenças, nos rituais e nos símbolos de uma religião política (FRESU, 2021, p. 88).

Por fim, como afirma Togliatti (1978), o fascismo só pode ser combatido através de um movimento de massas organizado, sendo indispensável a luta antifascista permanente de partidos e outros grupos da sociedade.

3.4 O individualismo e o neoliberalismo

Para buscar entender o neoliberalismo, corrente socioeconômica que resgata diversos dos ideais do liberalismo clássico que foram retomados anteriormente, é essencial compreender primeiro sua relação com o sistema internacional e o capitalismo. Para tal, será utilizado a análise de Wallerstein (2007).

O autor vê a realidade através da ótica do sistema-mundo, ou seja, como aponta Voigt: “Para Wallerstein, portanto, as unidades de análise do sistema internacional não são os Estados, como na tradição realista, mas os sistemas mundos” (VOIGT, 2007, p. 110). Para o autor, as bases do sistema-mundo moderno são a conquista militar, injustiça em massa e exploração econômica (WALLERSTEIN, 2007, p. 14).

O sistema-mundo moderno se refere a economia-mundo capitalista, o qual nasceu no século XVI e se consolidou seguindo sua lógica expansionista (WALLERSTEIN, 2007, p. 82). Segundo o autor:

O princípio fundamental da economia-mundo capitalista é a acumulação incessante de capital. Essa é a sua razão de ser e todas as suas instituições se guiam pela necessidade de realizar esse objetivo, recompensar quem consegue e punir quem não consegue (WALLERSTEIN, 2007, p. 88).

Para manter essa ordem, é necessária uma estrutura, que o autor chama de estrutura cultural-intelectual, a qual tem três elementos principais: uma combinação paradoxal de normas universalistas e práticas racistas-sexistas; uma geocultura dominada pelo liberalismo centrista; e as estruturas de saber (WALLERSTEIN, 2007, p. 89).

No que tange ao primeiro elemento, as normas universalistas, o autor diz que existe um discurso que assegura a permanência de certos grupos privilegiados no topo da hierarquia do poder. Tal discurso foi elaborado para atender os interesses de um grupo específico (as elites), mas ao mesmo tempo deve servir universalmente, de modo que justifique a desigualdade existente. Ele tem por princípio a democracia, os direitos humanos e a verdade científica do mercado (WALLERSTEIN, 2007, p. 26).

Os conceitos e ideais universalistas são subliminarmente trabalhados e projetados para o resto da população mundial com tanta efetividade que muitos nem sequer o questionam mais. Tais justificativas alienam e pacificam a classe dominada, e tem conexão direta com o capitalismo, seu acúmulo de capitais e a padronização da vida. Seu objetivo principal é manter hierarquia e os valores ditos universais, que são, na verdade, não são.

No que tange ao segundo elemento, a geocultura dominada pelo liberalismo, segundo a autora Moretti (2017), os pensadores que conceberam a doutrina do liberalismo viam como resposta para todos os problemas do capitalismo dois itens: o individualismo (e a ideia de liberdade pessoal) e o livre mercado, e devido a isso, eles iam contra o assistencialismo e a intervenção do Estado.

Essas ideias foram se expandindo e tendo cada vez mais visibilidade, e de modo geral, se observou uma vitória das reformas neoliberais como já discutido, marcadas pela desregulação dos mercados de trabalho, destruição dos sindicatos e o sucateamento (e até extinção) de programas de proteção social, agora privatizados e sob princípios universalistas. Isso também pode ser constatado no modelo de Estado de Bem-Estar Social, que foi impulsivamente considerado culpado pela crise que veio com o fim da chamada Era de Ouro, e ocasionou seu desmonte. “É nisso que consiste o movimento “neoliberal” dos últimos vinte e cinco anos: uma tentativa de reverter os custos crescentes” (WALLERSTEIN, 2007, p. 94). Ou seja, o neoliberalismo se apresenta de forma hegemônica internacionalmente, mas em cada país ele possui diferentes formatos e velocidades.

Isso tem relação com a análise de Touraine (2007), pois ele constata a ascensão de um novo paradigma dentro do contexto da revolução tecnológica, o qual envolve o desaparecimento da sociedade como sistemas integrados e portadores de um sentido geral, visto que a atualidade é marcada pela ruptura dos laços sociais e o triunfo do individualismo.

Ademais, tem-se a ideia de que a contemporaneidade é definida por valores universais. Para Touraine, está em curso a destruição de categorias sociais, como por exemplo, os movimentos sociais, o que favorece a economia-mundo capitalista exposta por Wallerstein.

Segundo Touraine, os problemas sociais não suscitam mais movimentos sociais, e o laço entre reivindicações econômicas e lutas políticas se rompeu. Ainda segundo o autor, o sindicalismo e as reivindicações trabalhistas perderam sua força, e há um certo contentamento com a situação vivida por parte da classe média, onde a mesma criou estratégias de proteção social alternativas, como a aposentadoria e plano de saúde privados. Enquanto isso, a classe baixa permanece sem assistência e voz. Conforme afirma Wallerstein, para a luta de classes, “o instrumento básico dos trabalhadores é a organização sindical” (2007, p. 90), que, como constatado, encontra-se fragilizada.

Nos dias atuais, observa-se a ascensão da extrema direita política e a fragilização da esquerda, e a crise do capitalismo, representada pelo aumento das desigualdades, recessão econômica e desemprego estrutural. O que é compatível com a análise de Wallerstein, que diz que vivencia-se uma época de crise estrutural:

Foi essa sensação da necessidade de historizar que me levou a dar tanta ênfase aqui ao argumento de que nos encontramos dentro não só de uma unidade de análise específica - o sistema mundo moderno -, como também de um momento específico desse sistema histórico, sua crise estrutural ou época de transição. [...] E é claro que é isso o que mais interessa, não só aos que estão no poder como também aos que se opõem aos que estão no poder, assim como ao número imenso de camadas trabalhadoras que levam a vida como podem (WALLERSTEIN, 2007, p. 123).

Essa ideologia universalista mais uma vez ajuda a justificar e legitimar a restrição do papel do Estado, a fictícia autorregulação do mercado e o neoliberalismo, além de pôr no indivíduo a culpa de sua pobreza seguindo a lógica capitalista e meritocrática, como exposto pelo autor:

O que a ênfase no universalismo científico fez foi determinar a virtude teórica da meritocracia, segundo a qual os cargos são conferidos exclusivamente com base na competência, medida por conjuntos de critérios objetivos. E as pessoas que então entraram na arena dos competentes tornaram-se juízes autônomos de seu próprio valor e recrutamento. [...] Um artifício menos óbvio permitiu supor que o acesso a todas as posições sociais, e não àquelas do terreno estreito da ciência, seria de alguma forma obtido por mérito, e, portanto, seria justificado (WALLERSTEIN, 2007, p. 116-117).

Assim, faz parte dos objetivos das justificativas retóricas do universalismo europeu explicado por Wallerstein, na medida em que protege os interesses de um grupo específico: o crescente individualismo apontado por Touraine (2007) e o desmonte do Estado de Bem-Estar

Social (que possui conexão com o triunfo das reformas neoliberais e enfraquecimento do movimento trabalhista organizado) e a globalização. Para Morgado (2015), o termo “mundialização”, é usado pela escola francesa de visão marxista, e significa a “aproximação entre os homens cotidianamente inseridos em espaços geográficos diferentes” (p. 4), seja pela comunicação ou troca de mercadorias, e este é um fenômeno desigual. Já o termo “globalização” é utilizado pela escola norte-americana, e com conotação capitalista, já que seu sentido tem conexão com a ideologia neoliberal, expansão dos mercados financeiros e do capital fictício, “e pela adoção de políticas econômicas, nacionais e internacionais, que reforçam o papel das multinacionais, empresariam a economia mundial e dificultam a resistência dos povos” (p. 4). Para Tickner (2001, p. 66, tradução própria):

A globalização também envolve uma mudança na concepção de tempo e espaço: as interações sociais no nível local estão se tornando incorporadas em redes globais, e as atividades políticas, econômicas e sociais estão se tornando globais em escopo, borrando as linhas entre o nacional e o internacional²⁰.

Robert Cox também abrange a temática como podemos observar no seguinte trecho:

Arrighi não foi o único analista a empreender esta avaliação. Dentro do conjunto de obras de inspiração marxista que influenciaram a Teoria das Relações Internacionais, a melhor contribuição neste sentido foi a do canadense Robert W. Cox que dedicou boa parte de seus estudos a transpor conceitos e concepções gramscianas ao ambiente internacional. Segundo Hobden, e Jones (2004, p. 230-232), Cox procurou sistematicamente expor como a construção de uma hegemonia baseada não apenas em coerção, mas em liderança e consenso é responsável pela ‘estabilidade’ dos interesses da potência hegemônica do Moderno Sistema Mundial. O exemplo mais citado por Cox é o do livre comércio. Ao analisar as hegemonias britânica e estadunidense, o autor procura demonstrar que a hegemonia destas não se baseou apenas em coerção e dominação, mas na sustentação de um elaborado discurso que identificava seus principais interesses com os da ‘sociedade internacional’, e gerou a compreensão, em muitos momentos amplamente aceita de que o livre comércio levaria ao benefício de todos os atores estatais do sistema internacional (HOBDEN; JONES, 2004, p. 233 apud VOIGT, 2007, p. 113).

Agora, no que tange o termo “neoliberalismo”, primeiramente vale dizer que atualmente o mesmo é amplamente utilizado e citado nos mais diversos contextos, e nem sempre o mesmo conta com a devida atenção metodológica, pois fazem seu uso de maneira generalizada. Sabe-se que tal generalização atende aos interesses da classe dominante e não de análises críticas. Logo, definir termos, história e agentes, tal como busca-se fazer no presente trabalho, é necessário para não cairmos em redundâncias e generalizações. Além de

²⁰ “Globalization also involves a changing conception of time and space: social interactions at the local level are becoming embedded in global networks, and political, economic, and social activities are becoming global in scope, blurring the lines between national and international”.

que, tal termo engloba muitos pensadores e práticas, e isso, portanto, pode ser usado para encobrir características negativas específicas do capitalismo. Nota-se uma tendência de escopo totalizante de explorar a humanidade para obter-se mais lucro, juntamente com a expansão contínua das relações capitalistas, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, liderado pelos Estados Unidos, sendo possível expandir e concentrar capitais do mundo todo, construindo-se essa rede de capital imperialista. Nas palavras de Tickner (2001, p. 74, tradução própria):

[...] torna-se pertinente pensar, não em termos de estados unitários, mas em termos de uma classe global sobreposta a estruturas de classe nacionais; em seu ápice está uma classe gerencial transnacional que consiste não apenas em executivos de negócios e funcionários de agências internacionais, mas também em gestores estatais de setores domésticos de orientação internacional. À medida que os gestores transnacionais escolhem suas localizações em um “mundo sem fronteiras”, eles jogam os governos nacionais uns contra os outros para obter os melhores negócios financeiros. Os salários e as regulamentações ambientais são minados à medida que as empresas ameaçam sair em busca de mão de obra mais barata e menores restrições. Como as empresas percebem que o investimento está sendo inibido pela inflação, os governos nacionais vêem a necessidade de reduzir os salários e os gastos públicos para proporcionar um bom clima de negócios²¹.

3.5. Conclusão do capítulo

Neste capítulo, objetivou-se apresentar um argumento que mostrasse as bases gerais e sumárias do liberalismo e do neoliberalismo e como sua expressão histórica específica se traduziu com a perspectiva de reprodução da exploração do capital na assimilação, tradução e ressignificação com a incorporação de elementos do fascismo. O tópico seguinte buscará analisar sumariamente o Brasil no que se refere ao período recortado para este trabalho.

²¹ “[...] comes pertinent to think, not in terms of unitary states, but in terms of a global class superimposed on national class structures; at its apex stands a transnational managerial class that consists of not only business executives and officials of international agencies but also state managers of internationally oriented domestic sectors. As transnational managers choose their locations in the “borderless world,” they play off national governments against each other in order to get the best financial deals. Wages and environmental regulations are undermined as firms threaten to leave in search of cheaper labor and lower restrictions. As business perceives investment being inhibited by inflation, national governments see the necessity of curtailing wages and public spending in order to provide a good business climate”.

4 BRASIL

4.1. Introdução

Neste capítulo, será construída resumidamente uma análise sobre o Brasil no período escolhido para esta pesquisa. Comporão o argumento, na sequência, o resgate do neoliberalismo no plano nacional e a análise crítica da experiência envolvendo o governo Bolsonaro.

4.2 Resgate do neoliberalismo no plano nacional

Nesta etapa do argumento, trazendo a discussão do neoliberalismo para o plano nacional, busca-se aqui discutir alguns tópicos relacionados ao Brasil, como o desenvolvimento dessa doutrina no país e como isso se relaciona com o período mais recente e, em especial, o de 2019-2022. Como aponta Moretti (2017, p. 48), é impossível falar do neoliberalismo no Brasil sem mencionar seus primórdios, que se iniciam no governo de Fernando Collor de Mello, que se deu desde 1990 até 1992. Apesar de decisões específicas terem um caráter neoliberal nos governos Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990), Maciel diz que a plena tentativa de implantar um projeto neoliberal que abrangesse todas as esferas do governo, teve início apenas no governo Collor (2017, p. 98).

Moretti afirma, que foi também nesse período que ocorreu uma aproximação brasileira com o Banco Mundial, que se encaixa e condiz com o modelo neoliberal, “remetendo ao mercado mesmo serviços essenciais como saúde e educação, na acepção de que todas as questões sociais são resultado do pouco crescimento econômico e político dos países” (MORETTI, 2017, p. 48), isto, é claro, evitando tratar das verdadeiras causas desses problemas, que se encontram no próprio modelo capitalista.

Como bem fala Tickner: “Tudo isso significa que, para atrair investimentos internacionais, os governos de todo o espectro político se ‘deslocaram’ para a direita durante as décadas de 1980 e 1990²²” (2001, p. 74, tradução própria), pois em geral, tanto no Brasil como em diversos outros países, a situação vivenciada era de crescimento da dívida externa, diminuição do PIB *per capita* e dos salários, juntamente com uma ampliação da pobreza, segundo Moretti (2017, p. 48).

Durante o governo Sarney, anterior a Collor, Maciel (2017) afirma que houve uma tutela militar ao longo do mesmo, insuficiente para reunificar a burguesia, mas suficiente para

²² “All of this means that, in order to attract international investment, governments across the political spectrum shifted to the right during the 1980s and 1990s”.

impedir que os privilégios burgueses fossem totalmente extintos, ou seja, evitar que a crise da hegemonia burguesa tivesse efeitos irreversíveis e sua dominação acabasse. O autor ressalta a fragilidade da democracia recém-instaurada devido à crise política implantada pela ditadura militar. Após a ditadura, houve uma tentativa de reinstalar o modelo de Estado desenvolvimentista, como é visto no Plano Cruzado de Sarney, que fracassou. A crise (de representação) política se intensificou nessa época, e vê-se políticas econômicas neoliberais ascendendo.

Agora, no que tange a Collor, é fato que antes de seu mandato presidencial, o mesmo já possuía uma vasta experiência na política antes de se eleger como presidente, ele foi prefeito de Maceió de 1979 a 1982, deputado federal de 1982 a 1986 e governador de Alagoas de 1987 a 1989. Enquanto governador de Alagoas, ficou famoso por supostamente “caçar” funcionários públicos que recebiam salários altíssimos e injustos, os “marajás”. Essa foi uma estratégia de marketing que deu popularidade a Collor, e uma aura de pessoa justa, e impulsionou sua campanha à presidência que veio em seguida, ficando conhecido como caçador de marajás.

Com a eleição de Collor, buscou-se implementar um projeto neoliberal, sendo sua ação mais conhecida a “[...] contenção da inflação pela redução drástica da liquidez” (MACIEL, 2017, p. 102), através do limite de saques e confisco de ativos²³ (o que gerou desequilíbrio e recessão). Também houve uma reforma monetária, mudando o Cruzado Novo para o Cruzeiro; previa-se a privatização de empresas nacionais (Programa Nacional de Desestatização) e deu-se início a cortes de empregos do funcionalismo público.

Maciel defende que foram apenas nos governos posteriores que a hegemonia burguesa de caráter neoliberal se firmou verdadeiramente, já que, esse projeto gerou contradições sociais, e o presidente não conseguiu consolidá-lo completamente. Ademais, a recessão econômica acelerou o processo de aumento da taxa de mais-valia e negligenciamento dos direitos sociais e trabalhistas, o que era proveitoso para o capital monopolista; com o mercado mais aberto, haveria mais concorrência, e o trabalho precisava se reestruturar, e o que decorreu foi um retrocesso através da desregulamentação.

Em 1990, o PIB cresceu negativamente e 18 empresas estatais foram privatizadas. E mesmo com um segundo plano sendo lançado, os resultados esperados não foram alcançados. Por fim, Collor não tinha apoio amplo e sólido no Congresso, e seu apoio popular era estático, e cada vez mais, a insatisfação do povo e da burguesia ficaram claros, exemplificado pelo

²³ Plano Collor I.

movimento Fora Collor. Assim, denúncias de corrupção foram feitas, e uma nova crise política deu início, terminando em seu impeachment em 1992.

No que diz respeito aos governos seguintes, alguns autores apontam que tanto no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), como no de Luís Inácio da Silva (Lula) (2003-2011), não houve uma ruptura em relação ao modelo neoliberal iniciado no início da década de 1990 com Collor. Blume aponta que a partir da gestão Collor, de maneira geral, o Brasil vem aderindo a algumas ações que dizem respeito a essa mesma doutrina, como “maior abertura comercial, privatização de empresas estatais, juros, câmbio flexível e maior disciplina fiscal” (2016, n.p).

No governo posterior, o de FHC, Netto (1994 apud MORETTI, 2017, p. 33) aponta que ele trouxe componentes do neoliberalismo europeu. FHC privatizou, por exemplo, a Vale do Rio Doce (mas também atingiu outros setores, como o bancário e de telefonia), e elaborou a Lei de Responsabilidade Fiscal, adotando também o tripé macroeconômico²⁴. Lula, continuou a adotar esse tripé nos anos de 2003 até 2010, “O governo Lula manteve tudo que herdou de FHC: inexistência de política salarial, manutenção do arrocho do salário mínimo, política social meramente compensatória, etc” (BOITO JR., 2004, p. 273 apud MORETTI, 2017, p. 37). Entretanto, uma diferença, foi o fim dos leilões estatais e privatizações, com exceção dos casos como os das rodovias federais, em que ele fez cessões à empresas privadas no que diz respeito à infraestrutura (parcerias público-privadas). “Lula não modificou, afinal, mas aprofundou a abertura comercial e financeira, tal qual iniciara FHC, privilegiando grandes investimentos e bancos nacionais, elevando grandemente os lucros do setor” (MORETTI, 2017, p. 37).

Para Filgueiras (2006 apud MORETTI, 2017, p. 35), há três fases distintas na implementação da agenda neoliberal no Brasil a partir de 1990: a primeira foi descrita acima, que se deu início no mandato de Collor; a segunda, que consiste na consolidação deste plano, ocorreu no começo do governo de FHC; já a última, de acomodação e ampliação, se deu no final da presidência de FHC e no começo da de Lula.

Segundo Harvey (2013 apud MORETTI, 2017, p. 32), com a disseminação dessa agenda, dentro de instituições internacionais, como também em universidades, as bases para o Consenso de Washington foram dadas, o qual consiste no reconhecimento de que os planos norte-americano e inglês eram a resposta ideal para os impasses mundiais. Fernandes define

²⁴ “[...] que coloca ênfase no superávit primário (ou seja, contenção de gastos para gerar economia para o pagamento de juros da dívida pública), além de tornar o câmbio flutuante, definido pelo mercado” (BLUME, 2016, n.p).

tal plano em três pontos centrais, sendo eles, privatizações aceleradas, desregulamentação das atividades econômicas e reversão de padrões de proteção social (1994 apud MORETTI, 2017, p. 33). As consequências são diversas, pode-se citar por exemplo o aumento do desemprego e da concentração de capital, e uma piora das condições de vida de maneira geral (FILGUEIRAS, 2006 apud MORETTI, 2017, p. 35).

Vale citar que, em 1994, o Brasil juntamente com outros dezessete países, selaram acordos com o FMI, recebendo perdão de uma parcela de seus débitos, o que implica em um aceite das reformas neoliberais por parte deles, que envolve a desregulamentação e flexibilização do trabalho, e a crença de que o bem-estar de cada um cabe a si mesmo, ou a oposição de assistência social, fazendo com que uma maior parte da população fique mais vulnerável à pobreza e diversas outras problemáticas (MORETTI, 2017, p. 31), ou seja:

A predominância, por parte das instituições financeiras, tem acontecido explicitamente com aceite dos governos, que tomam para si os interesses do capital financeiro, ainda que esses sobreponham necessidades de políticas postas pela sociedade civil (MORETTI, 2017, p. 57).

Já na análise de Fontes (2022), a autora identifica três momentos ao falar de neoliberalismo no Brasil mais recentemente: (1) pós-neoliberalismo, (2) social-liberalismo (2014-2015), e (3) ultra neoliberalismo (atualmente). Para a autora, no Brasil, teve-se no período neoliberal, um enorme crescimento da classe trabalhadora, onde ocorreu: (1) expropriação primária - a da terra, ocorrida durante todo o século XX-XXI, (2) expropriações secundárias - de direitos, água, saúde, educação, transporte, etc.

Ainda para Fontes (2022), houve uma expansão do capitalismo sob forma imperialista após a Segunda Guerra Mundial, sendo que as burguesias internacionais, por exemplo brasileiras e estadunidenses, conectaram-se, formando redes entre governos. O neoliberalismo, portanto, saiu de apenas um projeto, para uma prática política (práticas sociais/político/econômicas), fruto de um processo histórico. Uma de suas metas é proteger totalmente o capital(ismo), e não parcialmente.

Ainda sob sua análise, os grupos de extrema direita que estão se constituindo atualmente têm conexão com a intensa atuação estatal e burguesa, expressando a aproximação crescente entre organizações brasileiras e estrangeiras, e das OI's com lucros do Estado. Dentre suas metas, uma delas é formar direção política para classes dominantes, e captar lideranças populares para aderir ao projeto burguês. No Brasil, nota-se uma reconfiguração, a luta antes antineoliberal, transformou-se em um projeto democrático popular que se limita a uma adequação ao capitalismo, no formato neodesenvolvimentista. Nos dias de hoje, as

políticas neoliberais parecem englobar estritamente políticas econômicas, esquecendo as sociais, e até por vezes atuando na “des-educação” das massas trabalhadoras.

4.3 Bolsonaro: extrema direita, autoritarismo e neoliberalismo sob uma ótica crítica

Neste tópico, será apresentada uma leitura crítica do governo Bolsonaro a partir do viés de Robert W. Cox.

4.3.1 Um viés crítico

A partir de tudo supracitado, nesse momento é possível fazer uma reflexão sobre a Teoria Crítica de Robert Cox (1981), também chamada de “questionamento ideologicamente orientado”, a qual pode ser utilizada para pensar alternativas à movimentos neoliberais e radicais de direita.

De modo a sintetizar sua argumentação, segundo Martin Griffiths (2004), Cox defende que a realidade não pode ser vista apenas por si só, fazendo-se necessário uma valoração para fazer sua análise, sendo que as conclusões de uma leitura dela variam de acordo com os valores utilizados. “A teoria é sempre para alguém e para algum propósito. Todas as teorias têm uma perspectiva²⁵” (COX, 1981, p. 128).

Assim, Cox se questiona quais e de quem são os valores que predominam, pois são esses que priorizam os direitos de certos grupos ao invés de outros. Cox também traduz termos de Antonio Gramsci para sua obra, e dentre outros pontos, ele fala sobre o controle ideológico das classes dominantes para manter padrões.

Algumas características da teoria crítica do autor são: reflexão sobre a formação das relações de poder globais e a ordem internacional, baseando-se na prática e na história; não aceitação das relações e instituições como sendo imutáveis, e sim analisar como as mesmas podem estar mudando, portanto, os termos e conceitos sempre devem ser atualizados; além de trazer a ideia de totalidade da realidade do marxismo e da impossibilidade de isolar áreas de conhecimento. “A teoria crítica é a teoria da história no sentido de estar preocupada não apenas com o passado, mas com um processo contínuo de mudança histórica²⁶” (COX, 1981, p. 129, tradução própria).

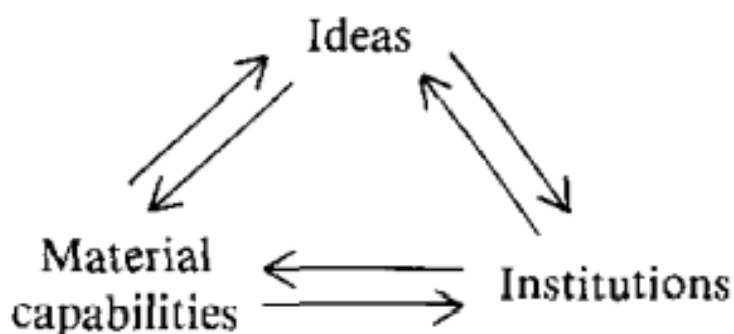
Cox, ao buscar compor um *framework* para sua obra, e entender as relações de poder globais e a ordem internacional, mostra três categorias de forças que interagem dentro das estruturas, são elas as elencadas a seguir. De maneira resumida, as capacidades materiais

²⁵ “Theory is always for someone and for some purpose. All theories have a perspective”.

²⁶ “Critical theory is theory of history in the sense of being concerned not just with the past but with a continuing process of historical change”.

dizem respeito ao potencial de produção e destruição; já ideias tem relação com hábitos e ações perpetuadas, e também com concepções de grupos sociais no que tange ordem social e imagens coletivas; e por fim, as instituições encorajam pontos de vista compatíveis com a ordem vigente. Vale ressaltar que a relação é recíproca, e não unilateral.

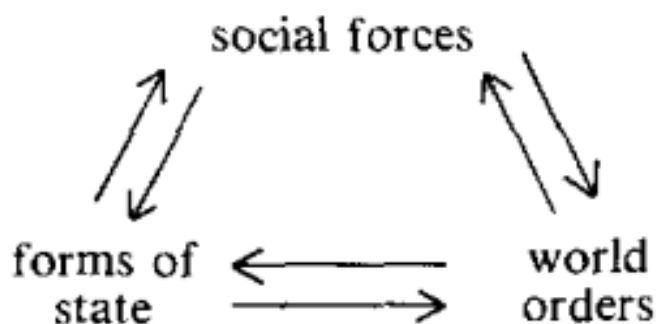
Figura 1 - Ideias, capacidades materiais e instituições



Fonte: COX, 1981, p. 136.

Nessa segunda imagem, Cox desenvolve a ideia geral explicitada na figura 1, onde ele trata a figura 2 como “configurações particulares” da primeira. As forças sociais têm relação com a organização da produção, enquanto ordens mundiais definem a guerra ou paz no âmbito estatal, e por fim, há as formas de Estado; esses três níveis estão inter-relacionados, de acordo com o autor.

Figura 2 - Forças sociais, formas de Estado e ordens mundiais



Fonte: Cox, 1981, p. 138.

Segundo Griffiths, para Cox:

[...] as forças de produção formam a base material das relações sociais, gerando a capacidade do exercício de poder nas instituições, mas o poder e a

produção estão dialeticamente relacionados. Por sua vez, o poder determina a forma pela qual a produção é feita e organizada (2004, p. 172).

Para Tickner (2001), a abordagem de Cox ressalta as contradições presentes nas estruturas sociais, e justamente, ao entendê-las, é possível compreender melhor os conflitos em tempos incertos e mudanças estruturais decorrentes delas.

Pode-se dizer que um dos objetivos de Cox é encontrar novas possibilidades de ordem, algo que logicamente conterà elementos propositivos de transformação. Tais elementos podem e devem ser aplicados para construir uma visão crítica do que acontece na sociedade brasileira nos dias de hoje, não devendo ser aceitos sem questionamentos os modelos impostos pela classe dominante para manter e expandir seu poder e privilégios, às custas de todo o resto da população.

É tarefa autoimposta dos críticos teóricos revelar as forças materiais e sociais que evitam que o povo alcance seus interesses ‘reais’, num mundo que manipula desejos e limita o potencial. A tarefa do questionamento crítico é, por definição, elevar o povo a um nível de consciência ‘verdadeira’ (GRIFFITHS, 2004, p. 171).

4.3.2 A tomada de poder e o populismo

Assim, sugere-se uma reflexão sobre o que o Brasil vem vivenciando. De acordo com Bruno Castanho Silva, em entrevista para Militão do UOL (2019), o Brasil não possuía um presidente populista desde Collor, o que mudou em 1º de janeiro de 2019, desde a ascensão à presidência do Brasil por Jair Messias Bolsonaro, classificado como um político populista de extrema direita. Segundo De la Torre (2017), o populismo, ou política de massas, emergiu na América Latina em resposta à crise (de representação) política e da ordem social da época, a qual era baseada no poder concentrado nas elites, em fraudes eleitorais e na exclusão do povo do processo político. Vale citar que o populismo pode ser tanto de direita, como de esquerda, não tendo uma ideologia específica. De acordo com o autor, nos anos de 1990, a maioria dos problemas enfrentados na América Latina tinham relação com a falta de indústrias, a inflação e problemas econômicos de maneira geral, e devido a isso, surge uma variação do populismo clássico, o populismo neoliberal.

Silva também afirma que ataques à imprensa, à democracia e à independência dos três poderes do Estado não são incomuns em regimes populistas, assim como uma concentração de poder no âmbito Executivo. Visivelmente, tais elementos podem ser verificados no governo Bolsonaro, o que causa preocupação em muitos acadêmicos, jornalistas e cidadãos devido à sua cada vez maior aproximação com características de regimes autoritários.

Portanto, a tarefa de condensar todas as ofensas, contradições e desserviços feitos por Bolsonaro em seus quatro anos de governo é uma tarefa árdua, são muitas as possibilidades e não é possível aprofundar-se em todos os seus discursos, falas e feitos, portanto, serão contemplados alguns pontos mais relevantes para a presente análise.

Ainda na opinião de Silva, Bolsonaro apesar de populista, não faz menção em implementar a vontade do povo na política ou da nação como um todo, sendo considerado mais à direita que um outro político populista conhecido, Donald Trump. Logo, Silva defende que tais regimes, de modo geral, são prejudiciais para a democracia, pois o populismo não abre espaço para o pluralismo de ideias, elemento essencial para um regime democrático, e encara o povo como unitário.

Maitino (2018) em sua análise explica que a direita que antes se escondia, hoje se orgulha de assim se definir, caracterizando uma ruptura entre a velha e a nova direita. Bolsonaro se inclui na nova direita, e tem por base de seu discurso o antipetismo e questões “morais ou de segurança, ameaças à ‘família brasileira’ e à nação” (MAITINO, 2018, p. 121), atacando minorias e seus direitos, que para ele “ameaçam” seus ideais.

Sendo assim, por que mesmo com conquistas e avanços nos governos anteriores de esquerda, o povo massivamente mudou seu voto em 2018? Machado (2021) trata justamente disso em seu artigo para o *El País*, onde debate a adesão ao bolsonarismo por parte da “nova classe média”. Uma explicação dada por alguns é que se trata de um reflexo do que aconteceu em países do Norte global, que tiveram uma guinada à direita, juntamente com um sentimento de nostalgia ao passado; remete-se a uma época em que a realidade era melhor, o que se encaixa bem no contexto dos trabalhadores de classe média norte-americanos. Mas, a autora acredita que a realidade brasileira vai além disso. Primeiramente, não há como sentir falta do que não se tinha, como por exemplo, o Estado de Bem-Estar social numa versão mais substantiva, vivenciado e desmontado em outros países, o que não é o caso brasileiro.

Aqui, na verdade, principalmente nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), notou-se uma melhora na qualidade de vida da população. Logo, a autora conclui que “o fruto mais imediato do crescimento econômico é o surgimento das classes aspiracionais” (MACHADO, 2021, n.p), ou seja, os indivíduos dessa nova classe, almejavam subir na pirâmide social, colocando assim o *status* e questões individuais como mais importantes do que o bem-estar coletivo, pois a memória disso no Brasil é bem mais fraca, e muitos têm a falsa impressão de que os problemas que necessitam ser resolvidos em escala mais ampla, antes passam pela questão individual, ou seja, é mais importante que o seu próprio *status* e condição de vida individual melhore, antes do que a de todos.

Essa subida pauta-se no mérito individual, acredita-se que com o trabalho duro, é possível que a vida seja melhor, mesmo que isso signifique trabalhar sem carteira assinada, sem direitos (pelo contrário, as leis trabalhistas são apenas mais um impedimento nessa visão), e de maneira exaustiva.

É um padrão histórico e sociológico que, em sociedades racistas, estratificadas e que estigmatizam a pobreza, a disputa por status entre a base da pirâmide leve grande parte daqueles que estão acima da linha da pobreza a se identificarem com os de cima, votando na extrema direita numa coalizão de classes que visa a barrar políticas distributivas (MACHADO, 2021, n.p).

Esse discurso foi utilizado por Bolsonaro, com o qual grande parte da população se identificou, e nas palavras de Passos (2021), que condensa essas afirmações em uma hipótese em seu texto, é afirmado que:

[...] a fragilidade e a superficialidade dos direitos da classe trabalhadora no Brasil nunca produziu uma substância equiparável e comparável à Europa, consistindo, na prática, em uma concretude muito pouco substantiva do ponto de vista histórico para que se traduzisse em termos de uma consciência difusa que transcendesse a percepção de que os problemas pudessem ser resolvidas no plano individual. Bolsonaro se aproveita disto para se comunicar com boa parte da classe trabalhadora (PASSOS, 2021, p. 151).

4.3.3 O componente autoritário

Com tudo o que foi exposto, ainda não é possível entender o fenômeno Bolsonaro somente por uma de suas facetas, sendo possível também, buscar entendê-lo pelo seu componente autoritário, pois no Brasil, diferentemente da Europa, há uma história com memória autoritária muito mais forte, que persiste. “[...] experimenta-se a saída da crise por meio dos chefes carismáticos e a simplificação da luta social e política por meio da força e da violência militar” (FRESU, 2021, p. 83).

Alguns elementos fascistas são definidos pelo autor como o “irracionalismo filosófico, o mito, a organização das milícias paramilitares e a tradição da guerra trazida no terreno da luta social” (FRESU, 2021, p. 94), e que podem ser notados na figura de Bolsonaro nos dias de hoje, e claro, tudo isso não condiz com as instituições democráticas, por isso, busca-se extingui-las. Como ele mesmo menciona, é um erro subestimar esse movimento, pois apesar de uma mensagem política extremamente simplificada, ela foi e ainda é capaz de uma grande mobilização, “[...] foi através do mito do Estado novo fascista que o regime conseguiu, com liturgias e rituais pagãos, construir uma milícia civil a serviço da religião nacional, intolerante e integralista” (FRESU, 2021, p. 95).

De acordo com Brígido (2022), pesquisadores da USP através do Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (Laut) contabilizaram pelo menos 1.692 atos autoritários no

Brasil durante os três primeiros anos do mandato de Bolsonaro, como por exemplo, legitimando a violência, tal qual 235 ataques feitos a minorias institucionalmente. O grupo aponta que “Há em todas as áreas analisadas (espaço cívico, educação e segurança) eventos no Brasil que ilustram estratégias e táticas semelhantes às dos autocratas das outras nacionalidades” (BRÍGIDO, 2022, n.p).

Sobre isso, de acordo com Silva e Ribeiro (2021), ao analisar o trabalho de Lilia Moritz Schwarcz, que trata do autoritarismo no Brasil, antigo e atual, através de diversos ângulos, entende que a história nacional brasileira que existe no imaginário popular foi criada de modo que apaziguasse e justificasse a colonização e a escravidão, por exemplo, dentre outros processos violentos.

Ela correlaciona “[...] discursos, ideias, mitos e práticas há muito consolidados no cotidiano deste país: nosso autoritarismo anda de mãos dadas com questões que reverberam de nosso passado até a atualidade” (SILVA, RIBEIRO, 2021, p. 296). Ademais, a corrupção, a desigualdade e a intolerância, entre outros elementos, são encaradas como algo que explicaria a reprodução do autoritarismo no Brasil. A corrupção não é algo com pouca notoriedade no governo Bolsonaro, considerando que o mesmo e membros de sua família envolvidos na política brasileira, estão envolvidos em diversas denúncias, como será mencionado no subtópico seguinte. Portanto, é necessário combater essa “[...] alienação histórica que nos impede de enxergar os problemas sociais em suas continuidades, rupturas e novas roupagens” (SILVA, RIBEIRO, 2021, p. 298).

Já sob outra perspectiva, em seu texto, Passos (2021) defende que além de resquícios da ditadura e além da crise de hegemonia que teve início em 2013, ele retoma teses que entendem uma “impossibilidade estrutural da democracia nos moldes liberais no Brasil” (PASSOS, 2021, p. 149), como as de Florestan Fernandes (2006) e Sérgio Buarque de Holanda (1994), para entender a ascensão de Bolsonaro ao poder. Ou seja, Passos (2021, p. 151) faz um apontamento importante, onde ele entende que elementos autoritários se encontram “historicamente nas condições do capitalismo dependente e hegemonizado brasileiro, com características que quase não encontram par nos casos europeus e norte-americano”.

4.3.4 Pandemia e neoliberalismo

Além disso, é fato que o Brasil, como o resto do mundo, enfrentou e ainda enfrenta a pandemia do novo Coronavírus (ou Covid, *Corona Virus Disease*), com a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarando estado de emergência em 30 de janeiro de 2020. Tal fato

acarretou em uma série de consequências, uma crise sanitária e humanitária, com desdobramentos econômicos e sociais nunca previstos. Nessa situação, fica claro uma das funções do Estado, a de proteger a população e garantir o bem-estar social, à medida que as ações governamentais são um elemento chave para determinar a boa ou má administração da pandemia, sendo Bolsonaro um grande exemplo de como não gerenciar a atual crise.

O que se vivenciou no Brasil, foi uma política negacionista, que não reconheceu a seriedade da situação e isentou-se de toda e qualquer responsabilidade, demonstrando um comportamento isolacionista que dificultou ainda mais a superação da crise. Bolsonaro mostrou-se mais preocupado com questões econômicas e que dizem respeito à rica elite brasileira do que com as centenas de milhares de vidas perdidas.

Ao falar de pandemia, é impossível não mencionar a Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid (CPI da Covid)²⁷, onde Bolsonaro (além de seus três filhos com cargos eleitos) possui diversas denúncias como: epidemia com resultado morte, falsificação de documento particular, charlatanismo, emprego irregular de verbas públicas, entre outros, segundo o Ministério Público Federal. Pode-se dizer que, em geral, quinze assuntos fundamentais foram abordados, e mais de vinte crimes foram elencados, segundo Siqueira (2021).

Ademais, Annelien de Dijn, em entrevista para Steinmetz-Jenkins do UOL (2020) levanta problemáticas atuais e importantes para o presente trabalho, como o fato de que a direita política defende que os direitos individuais sejam resguardados acima de tudo, caso contrário, sua liberdade está sendo ameaçada. Nesse caso, a liberdade seria uma questão de até que ponto você é governado, e não por quem. Isso é verificado na recusa de muitos políticos e cidadãos autodeclarados direitistas de usar máscara ou vacinar-se, mesmo que o fato de não o fazer possa pôr em risco a vida de outras pessoas, estes consideram a sua liberdade individual mais importante. Para a autora, essa concepção de liberdade é antidemocrática, é a liberdade burguesa, de uma única classe, criada para manter os privilégios de uma elite minoritária que buscam o fim da noção de coletividade.

Bolsonaro, declaradamente liberal na economia e conservador nos costumes, torna necessário que um questionamento da análise de Reginaldo Moraes seja debatido: “O neoliberalismo econômico leva a uma política conservadora. [...] Terá isso identidade com o renascimento de movimentos de ultradireita, do tipo fascista?” (1998, p. 122).

²⁷ CPIs são ferramentas do Poder Legislativo para investigar assuntos de relevância nacional, essa em questão, abordou temas relacionados ao enfrentamento da pandemia, e foi instaurada em abril de 2021 pelo ministro do STF, Luís Roberto Barroso, de acordo com Siqueira (2021).

É claro no discurso de Bolsonaro sua adesão ao neoliberalismo, o qual tem como caráter a “[...] limitações das funções do Estado e de suas despesas, [...] desregulamentação e privatizações [...]” (MORAES, 1998, p. 121). Ou seja, acredita-se que a regulação é ineficiente e o mercado livre é infalível; além de veemente se opor a políticas assistencialistas e ser a favor de privatizações. A conexão de Bolsonaro com o projeto neoliberal talvez seja melhor exemplificada ao olhar alguns dados, consequências de suas políticas durante seu governo, como o desemprego em massa e um aumento da inflação, principalmente durante a pandemia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ademais, considerando os anos de 2014 a 2022, um estudo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE sob análise da LCA Consultores, constatou que 2,8 milhões de brasileiros perderam seu trabalho com carteira assinada, enquanto 6,3 milhões de pessoas trabalham sem registro no Brasil (ALVARENGA; CAVALINI, 2022, n.p). Outra grande fonte de preocupação foi o aumento gigantesco da insegurança alimentar, de acordo com Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, 33,1 milhões de brasileiros não têm certeza se irão comer, com um retorno do Brasil ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), de acordo com a Agência Senado.

Moraes chama a atenção ao fato que o dito “Estado forte neoliberal” pode se aproximar do neofascismo e abrir caminho para ele:

A política neoliberal não é a da mobilização neofascista, mas pode ser o pavimentador dessa outra via da contrarrevolução. Apatia política e desilusões com as saídas convencionais, [...] tudo isso prepara o caminho para a emergência de um louco que tenha soluções radicais [...] (MORAES, 1998, p. 125).

Constata-se nesta citação características que lembram muito a situação brasileira, pois Bolsonaro, em seus discursos, já chegou “a criticar o regime democrático em diversos momentos ao longo de sua trajetória” (MAITINO, 2018, p. 122).

As manifestações desiguais do neoliberalismo no plano global encontraram par no cotejo entre o plano nacional e internacional. No Brasil, a velocidade da destruição dos direitos, de políticas e componentes dos aparatos institucionais, políticos e do Estado alcançou uma velocidade maior no período Bolsonaro. Nem mesmo a política externa nacional foi poupada em termos de suas continuidades históricas de suas diretrizes e retomou uma opção seguidista em favor dos EUA na gestão Trump e do capital financeiro internacional e de algumas frações de classe hegemônicas, mas longe de constituir uma coerência mínima que se merecesse a designação como uma política como tal em vista de seu caráter errante e conectado prioritariamente com os interesses pessoais do presidente (PASSOS, 2022).

O tempo da transformação na direção do neoliberalismo assumiu uma velocidade muito rápida no Chile, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. O neoliberalismo foi incorporado no mundo todo em diferentes linearidades e no Brasil não foi diferente. Esta velocidade começou a aumentar nos anos 90, diminuindo um pouco nos anos dos governos petistas e foi novamente acelerada no governo Bolsonaro.

Tanto a feição autoritária quanto aquela neoliberal possuem manifestações em termos de temporalidades de curto e de longo prazo que se relacionam a aspectos nacionais e internacionais, estas ligadas à hegemonia estadunidense. Este é um ponto que nos remete à reflexão final com a qual este trabalho será concluído.

4.4 Conclusão do capítulo

Buscou-se ao longo deste capítulo mostrar brevemente um panorama do Brasil no seu nexos com o neoliberalismo e sua manifestação de cunho especificamente afim ao fascismo na particularidade do governo Bolsonaro. Considerou-se a grande velocidade do neoliberalismo no período em questão em meio a tempos não lineares de sua implementação nos diferentes Estados no conjunto do plano internacional.

5 CONCLUSÃO

Desde o nascimento da hegemonia britânica e dos desdobramentos históricos da Revolução Francesa, as diferentes temporalidades históricas do significado teórico-prático do liberalismo variaram nos planos nacional e internacional. Ao contrário do que uma perspectiva dita universalista de origem europeia supôs, nunca houve um único significado da maneira como se manifestou o liberalismo e tudo que dele se desdobrou. O fato que é a gênese liberal das ideias e a maneira como ela se desdobrou numa longa temporalidade de suas distintas manifestações, inclusive como neoliberalismo recentemente, nunca acompanhou um certo padrão europeu de consonância com democracia formal minimamente substantiva e direitos humanos, principalmente nos Estados periféricos. Escravidão, golpes de Estado, autoritarismo, e outras inúmeras violações de direitos humanos foram práticas de grande alcance durante todo os períodos das hegemonias britânica e norte-americana na longa temporalidade histórica envolvendo os planos nacional e internacional desde o século XIX.

A combinação autoritária com o neoliberalismo se constitui numa parte, em termos de tempos históricos, que compõe um todo. A menção à pandemia dá ensejo para uma breve discussão dos referidos tempos históricos no que concerne ao neoliberalismo.

A leitura de Braudel por Cox (2013, p. 317) identifica uma dupla temporalidade, sincrônica e diacrônica:

Fernand Braudel e a escola de historiadores dos *Annales* usam os termos sincrônico e diacrônico para comunicar esta dualidade. O sincrônico cobre a dimensão das interações dentro de um sistema social existente, um conjunto predominante de estruturas. Ela é o campo daquilo que Braudel chamou de *histoire événementielle* - história dos eventos. É o campo do *problem solving* (*sic*), com a ordem prevalecente das coisas. A dimensão diacrônica é a dimensão da durabilidade estrutural e da mudança estrutural, o que Braudel chamou de *longue durée*. Somos confrontados aqui pela questão de como a ordem existente surgiu, quais suas contradições internas, e como ela pode ser mudada.

Cox, ao fazer sua leitura sobre Braudel, sugere que aspectos de longa duração e que permanecem, pouco mudam (afim, portanto, à perspectiva teórica de manutenção do *status quo* e para a qual Cox designou o rótulo *problem-solving* para teorias que abraçaram tal ótica) e que ele chama de sincrônica, sugere um tempo histórico de longa duração referente ao alcance das ideias liberais, inclusive como a sua manifestação neoliberal mais recente. Isto porque no plano internacional e em algumas manifestações nacionais ao longo da história, a mudança contrária ao liberalismo - aquilo que Cox nomeia como diacrônico e que comporta a mudança em termos de tempo histórico - não significou efetivamente um questionamento substantivo a tais ideias.

A temporalidade de manifestação do neoliberalismo nos planos internacional e nacional seguiu contradições internas, aludindo novamente ao raciocínio coxiano citado acima. Momentos de um maior intervencionismo como Estado de Bem-Estar Social e de maior ou menor velocidade do liberalismo e sua variante mais recente, a neoliberal, se fizeram presentes no final do século XX e no início do século XXI. No período do governo Bolsonaro, essa velocidade aumentou e foi acompanhada de uma perspectiva teórico-prática com componentes afins e pertencentes ao fascismo.

Feitas tais ponderações, passar-se-á à exposição sumária do que foi abordado aqui. Primeiramente, foi feito um apanhado de dois momentos relevantes para a temática do presente trabalho com o objetivo de contextualização, sendo o primeiro deles, o Sistema de *Bretton Woods*, entendido como a mudança do sistema monetário e financeiro para o padrão dólar-ouro (que eventualmente desabou, encerrando essa conversibilidade), e que permitiu a criação de duas instituições importantes internacionalmente, o Banco Mundial e o FMI.

Segundamente, o Estado de Bem-Estar Social, consolidado na Era de Ouro do capitalismo, que consiste numa garantia maior por parte do Estado a certos direitos básicos; entretanto, o mesmo teve o seu declínio com o colapso de *Bretton Woods*, entre outros fatores, como a ascensão do neoliberalismo e o desmoronamento do bloco soviético. Hobsbawm (1995) entende que sua criação tem conexão com a revolução tecnológica, a produção em escala mundial, juntamente com a internacionalização da economia e do comércio. Diferentes autores entendem o surgimento do Estado de Bem-Estar Social como processos contínuos ou descontínuos, como Marshall (1967), que defende que em cada século se desenvolveu uma característica, no caso, a civil, política e social, referente a cidadania; entretanto, outros entendem que houve uma ruptura entre as formas mais iniciais de assistencialismo, e aquelas posteriores, que de fato ajudaram a consolidar esse modelo, como Esping-Andersen (1990).

Em seguida, trabalhou-se melhor o termo neoliberalismo, sua origem e conexões com outros conceitos, que é de fato o tema mais central desta pesquisa. Oposição a direitos coletivos, privatizações, barateamento da mão de obra, desregulamentações trabalhistas, meritocracia, liberdade individual, são alguns pontos que definem bem a doutrina neoliberal.

Não coincidentemente, essa doutrina encontra-se de maneira mais prática nas ações de duas instituições, já citadas, subordinadas às políticas estadunidenses, o FMI e o Banco Mundial, que seguem o Consenso de Washington. Moretti (2017) em sua obra percebe como essas instituições, especialmente o Banco Mundial, atuam no Brasil promovendo projetos que reproduzem a lógica neoliberal. Tanto Moretti (2017) quanto Tickner (2001) verificam um

aprofundamento da desigualdade e pobreza como consequência desses fatos, e apesar disso, a doutrina continuou se fortalecendo internacionalmente, espalhando-se por diversos países.

Ademais, Wallerstein (2007) se mostra importante para essa pesquisa pois contribui com elucidações acerca do que o autor chama de sistema-mundo moderno e de uma economia-mundo capitalista, na qual os grupos detentores do poder se privilegiam do modelo neoliberal que se consolida, mesmo em tempos de crise. Já Touraine (2007), em conformidade com a análise de Wallerstein, aborda a ascensão do individualismo e valores universais, o que implica no enfraquecimento da sociedade como um sistema unificado e que faça sentido, e dos movimentos sociais.

Tratando então especificamente da questão brasileira, pode-se dizer que o neoliberalismo começou a ser implementado aqui como um projeto a partir do governo de Collor, e continuamente nos governos seguintes. Houve privatizações, retrocessos na legislação trabalhista, e um crescimento negativo do PIB na década de 1990. Moretti também destaca a atuação das anteriormente mencionadas instituições internacionais derivadas de *Bretton Woods* dentro do plano nacional, usando empréstimos, perdão de dívidas, entre outros planos, para garantir que os países (nesse caso, o Brasil) aderissem ao neoliberalismo.

No caso de Bolsonaro, Machado (2021) identifica o surgimento de classes aspiracionais como uma possível explicação para sua popularidade e adesão por parte das massas (além do fato de ser considerado um político populista de extrema-direita), sob o entendimento de que (1) quem está minimamente acima da linha da pobreza prefere enxergar-se como pertencendo a classe acima, e portanto, votar como alguém pertencente a mesma, (2) a carência de melhores direitos à classe trabalhadora leva a falsa suposição de que o *status* individual seja mais importante que direitos coletivos.

Por fim, conclui-se que o governo Bolsonaro articula componentes autoritários e neoliberais no seu nexos com o plano internacional. Fresu (2021) percebe que alguns elementos fascistas foram traduzidos para o projeto autoritário moderno - como o controle de massas e o ideal de restauração dos antigos valores - fazendo conexão com movimentos de direita e extrema-direita. O mesmo possui relação com o neoliberalismo na medida que o fascismo surge dentro da sociedade liberal, e em tal, associa-se com seu legado colonial e escravocrata. Internacionalmente, nota-se um aumento de movimentos com inspiração autoritária, como ressalta o autor, e nacionalmente, vê-se sua ocorrência sob o Brasil de Bolsonaro.

Logo, a Teoria Crítica mostra-se essencial para pensarmos maneiras de contornar essa febre neoliberal e neofascista que parece adoecer tanto o Brasil, como outros países ao redor

do globo. E é por isso que autores críticos, como Cox e Wallerstein, são de extrema importância para construir uma visão da sociedade que não busque manter os privilégios daqueles no topo da hierarquia do poder. “Portanto, o questionamento se torna um ato político” (GRIFFITHS, 2004, p. 171).

6 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan; CAVALINI, Marta. Brasil perde 2,8 milhões de trabalhadores com carteira em 8 anos; informalidade e conta própria crescem. **G1**, 18 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/18/brasil-perde-28-milhoes-de-trabalhadores-com-carteira-em-8-anos-informalidade-e-conta-propria-crescem.ghtml>. Acesso em: 30 dez. 2022.

AMADEO, Kimberly. Bretton Woods System and 1944 Agreement. **The Balance**, Nova Iorque, 3 set. 2020. Disponível em: <https://www.thebalance.com/bretton-woods-system-and-1944-agreement-3306133#:~:text=The%20Bretton%20Woods%20agreement%20was,their%20currencies%20and%20the%20dollar>. Acesso em: 4 dez. 2020.

BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. **Global capitalism, global war, global crisis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

BLUME, Bruno André. O que é o neoliberalismo?. **Politize**, 11 maio 2016. Disponível em: <http://www.politize.com.br/neoliberalismo-o-que-e/>. Acesso em: 13 maio 2022.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 1995. Disponível em: http://www.comtudo.com.br/edicoes/pdfs/bobbio_esquerda_direita.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021.

BOITO JÚNIOR., Armando. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. In: CAETANO, Gerardo (comp.). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004, p. 271-296.

BORDO, Michael David. The Bretton Woods International Monetary System: A Historical Overview. In: BORDO, Michael David; EICHENGREEN, Barry (Ed.). **A retrospective on the Bretton Woods System: lessons for international monetary reform**. Chicago: University of Chicago Press, 1993, p. 3-108. Disponível em: <http://www.nber.org/chapters/c6867>. Acesso em: 22 jan. 2021.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

Bretton Woods Project. What are the bretton woods institutions?, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www.brettonwoodsproject.org/2019/01/art-320747/>. Acesso em: 4 dez. 2020.

BRÍGIDO, Carolina. Brasil registra 1.692 atos autoritários na gestão Bolsonaro, diz pesquisa. **UOL**, 9 ago 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/carolina-brigido/2022/08/09/brasil-registra-1692-atos-autoritarios-na-gestao-bolsonaro-diz-pesquisa.htm>. Acesso em: 30 dez. 2022.

COMBAT, Flavio Alves. A crise do sistema de Bretton Woods: considerações sobre o papel do dólar na hierarquia monetária internacional. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 245-265, dez. 2019. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/43393. Acesso em: 19 jan. 2021.

COX, Robert Warburton. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium: journal of international studies**, Londres, v. 10, n. 2, 1981, p. 126-155.

COX, Robert W. **Universal foreigner: the individual and the world**. New Jersey: World Scientific, 2013.

CRUZ, Rosana Evangelista da. Banco mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional?. **Educar**, Curitiba, n.22. p. 51- 75, 2003.

DAMASCENO, Victoria. Fome atinge 19 milhões de brasileiros durante a pandemia em 2020. **UOL**, 7 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/fome-atinge-19-milhoes-de-brasileiros-durante-a-pandemia-em-2020.shtml>. Acesso em: 11 abr. 2021.

DE LA TORRE, Carlos. **Populism in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

EICHENGREEN, Barry Julian. **Globalizing capital: a history of the international monetary system**. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas de *Welfare State*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a06n24.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

Federal Reserve History. Creation of the Bretton Woods System, 22 nov. 2013. Disponível em: <https://www.federalreservehistory.org/essays/bretton-woods-created>. Acesso em: 4 dez. 2020.

FEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial: dos bastidores aos 50 anos de Bretton Woods (1942-1994). **Topoi (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 527-564, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2014000200527&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 dez. 2020.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Luis. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 54-61.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: Estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, p. 179-206.

FILHO, Ricardo Framil. Globalização contra-hegemônica e o novo internacionalismo operário. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 6 , p. 1-19, jun. 2016.

FIORI, José Luís. **Estado do bem-estar social: padrões e crises**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, [20-?]. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FLORA, Peter; HEIDENHEIMER, Arnold Joseph. **Lo sviluppo del welfare state in Europa e in America**. Mulino, Bologna, 1983.

FONTES, Virgínia. PROEC Unifesp. **Neoliberalismo no Brasil – Virgínia Fontes (UFF)**, Youtube, 21 mar. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HDVniMIW0nE>. Acesso em: 27 jan. 2022.

FORIGO, Marlus Vinicius. Crise do estado de bem-estar social e neoliberalismo. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, v. 1, n. 3, p. 51-62, 2003.

FRESU, Gianni. Entre continuidade e descontinuidade: As categorias gramscianas para entender o que une e distingue fascismo e novo autoritarismo. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, Marília, v. 6, n. 8, p. 140-153, jun. 2021.

G1. **Brasil tem mais de 362 mil mortos por Covid**: média móvel de óbitos fica acima de 3 mil pelo 5º dia. 14 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/14/brasil-tem-mais-de-362-mil-mortos-por-covid-media-movel-de-obitos-fica-acima-de-3-mil-pelo-5o-dia.ghtml>. Acesso em: 16 abr. 2021.

G1. **Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos**: estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos. 16 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2022.

GALASTRI, Leandro. Algumas considerações sobre as relações históricas entre fascismo e americanismo. **Práxis e Hegemonia Popular**, Marília, v. 6, n. 8, p. 128-139, jun. 2021.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 201-234, abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a03.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

GRIFFITHS, Martin. Robert Cox. In: GRIFFITHS, Martin. **50 grandes estrategistas das Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 170-178.

GUEDES, Aline. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. **Agência Senado**, 14 out. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em: 30 dez. 2022.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HOBDEN, Stephen; JONES, Richard Wyn. Marxist Theories of International Relations. *In*: BAYLIS, John and SMITH, Steve. **The globalization of world politics**: an introduction to International Relations. 3rd ed London: Oxford University Press, 2004, chap. 10, p. 225-249.

HOBBSBAWM, Eric John Ernest. **A era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Painel de Indicadores**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em: 1 nov. 2022.

MACHADO, Rosana Pinheiro. O que Lula deu e Bolsonaro abocanhou. **El País**, Madrid, 21 jun. 2021. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwievsP60pr8AhWiqpUCHSoqDqsQFnoECAoQAQ&url=https%3A%2F%2Fbras.elpais.com%2Fopinion%2F2021-06-21%2Fo-que-lula-deu-e-bolsonaro-abocanhou.html&usg=AOvVaw1xxtZ4-qYjhWtvDkkcKrAY>. Acesso em: 27 dez. 2022.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, Goiânia, v. 13, n. 11, 2017, p. 98-108. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390>. Acesso em:

MAITINO, Martin Egon. “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. **Plural**, São Paulo, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 111-134, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149018>. Acesso em: 16 abr. 2021.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania e classe social. *In*: MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 57-114.

MARTINS, Mônica Dias (org.). O Banco Mundial e as políticas públicas na América Latina. *In*: CONGRESSO DA ALAS, 25., 2005, Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: ALAS, 2005.

MILITÃO, Eduardo. Bolsonaro é o 1º presidente brasileiro populista desde Collor. **UOL**, 4 abr. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/04/04/jair-bolsonaro-populista-fernando-collor-pesquisa-bruno-castanho.htm>. Acesso em: 11 abr. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Tabela CPI Covid**. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/cpi-covid-atuacao-mpf/tabela-cpi-covid>. Acesso em: 30 dez. 2022.

MISHRA, Ramesh. The welfare state in capitalist society: policies of retrenchment and maintenance in Europe, North America and Australia. **Studies in International Social Policy and Welfare**, London, 1990.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. Neoliberalismo e neofascismo: és lo mismo pero no és igual. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 7, p. 121-126, 1998.

MORETTI, Monica Fernanda Botiglieri. **O Banco Mundial, o neoliberalismo e a educação do campo no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

MORGADO, Ana Cristina. As múltiplas concepções da cultura. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, [S. l.], v. 4, n. 1, 2015, p. 1-8. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16983>. Acesso em: 13 jan. 2022.

MUDDE, Cas. The study of populist radical right parties: towards a fourth wave. **Center for Research on Extremism, The Extreme Right, Hate Crime and Political Violence**, n. 1, p. 1-23, 2016. Disponível em: <https://www.sv.uio.no/c-rex/english/publications/c-rex-working-paper-series/Cas%20Mudde:%20The%20Study%20of%20Populist%20Radical%20Right%20Parties.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**, capítulo IV. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ONUKI, Janina; ALBUQUERQUE, Ana Balbachevsky Guilhon; MURTA, Arthur. Resistência e ocupação de espaços: debates feministas e queer em relações internacionais. *In*: VITALE, Denise; NAGAMINE, Renata. **Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção** [online]. Salvador: EDUFBA, p. 38-55, 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002947329>. Acesso em: 9 jan. 2023.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Fascismo e relações de força: uma análise. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, Marília, v. 6 n. 8, p. 140-153, jun. 2021.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Uma política externa no governo Bolsonaro?. *In*: CORSI, Francisco Luiz; SANTOS, Agnaldo dos; MENDONÇA, Marina Gusmão de. (org.). **Uma política externa no governo Bolsonaro?** Marília: Projeto Editorial Praxis, 2022. v. 1, p. 105-124.

PINTO, Tales dos Santos. O que é Plano Marshall? **Brasil Escola**, [20-?]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-plano-marshall.htm>. Acesso em: 4 abr. 2020.

REIS, Tiago. Como o acordo de Bretton Woods organizou a economia mundial no pós-guerra. **SUNO**, 30 nov. 2018. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/bretton-woods/>. Acesso em: 4 dez. 2020.

School of public international affairs: University of Georgia. Cas Mudde. Disponível em: <https://spia.uga.edu/faculty-member/cas-mudde/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SILVA, Camila Ferreira da; RIBEIRO, Janderson Bragança. História social e autoritarismo no Brasil: ligações entre passado e presente. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 35, n. 101, p. 295-300, 2021.

SILVA, Paloma Almeida; SANTO, Bruna Maria Dias dos. A hierarquia das moedas: a posição do real no sistema monetário internacional atual. *In*: SEMANA DE ECONOMIA DA UESB,

18., 2019, Salvador. **Anais** [...] Salvador: Uesb, 2019. Disponível em: http://www2.uesb.br/eventos/semana_economia/2019/arquivos/anais/GT2_A%20HIERARQUIA%20DAS%20MOEDAS%20A%20POSIC3%87%C3%83O%20DO%20REAL%20NO%20SISTEMA.pdf. Acesso em: 3 fev. 2021.

SIQUEIRA, Wesley. Relatório da CPI da Covid-19: entenda os principais pontos. **Politize**, 26 out. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/04/04/jair-bolsonaro-populista-fernando-collor-pesquisa-bruno-castanho.htm>. Acesso em: 30 dez. 2022.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. *In*: HADDAD, Sérgio; TOMASSI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge (org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo, SP: Cortez, 2007, p. 494-512.

SOUZA, Amanda de. Liberalismo: entenda essa corrente política. **Politize**, 11 maio 2016. Disponível em: <http://www.politize.com.br/liberalismo-o-que-e/>. Acesso em: 13 maio 2022.

STEINMETZ-JENKINS, Daniel. O que chamamos de liberdade nunca foi ser livre. **Carta Maior**, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/O-que-chamamos-de-liberdade-e-nunca-foi-ser-livre/52/49150>. Acesso em: 9 abr. 2021.

TICKNER, Judith Ann. Gender in the Global Economy. *In*: TICKNER, J. Ann. **Gendering world politics: issues and approaches in the post-cold War era**. New York: Columbia University Press, 2001. p. 65-95.

TOGLIATTI, Palmiro. **Lições sobre o Fascismo**. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1978. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/ne081c5>. Acesso em: 9 abr. 2021.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma, para compreender o mundo de hoje**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

TOUSSAINT, Eric. The creation of the Bretton Woods institutions. **Committee for the Abolition of Illegitimate Debt**, 25 jul. 2006. Disponível em: <https://www.cadtm.org/The-creation-of-the-Bretton-Woods>. Acesso em: 04 dez. 2020.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **The Bretton Woods Conference**, 1944. [2001-2009]. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/time/wwii/98681.htm>. Acesso em: 4 dez. 2020.

UOL. **Fernando Afonso Collor de Mello**. Rio de Janeiro, 12 ago. 1949. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/fernando-afonso-collor-de-mello.jhtm>. Acesso em: 30 dez. 2020.

UOL. **Governo Collor de Mello (1990-1992): presidente renuncia**. 20 dez. 2013. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-collor-de-mello-1990-1992-presidente-renuncia.htm>. Acesso em: 30 dez. 2020.

VEJA. **A guerra ao turbante**. 23 mar. 1988. Disponível em: http://web.archive.org/web/20090317181339/http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_23031988.shtml. Acesso em: 22 fev. 2021.

VOIGT, Márcio Roberto. A análise dos sistemas-mundo e a política internacional: uma abordagem alternativa das teorias das relações internacionais. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 101-118, jul./dez, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.